



## RELATÓRIO IMPACTO SOCIAL DO MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO – MPO - 2022



2023. Esta é uma publicação do Banco da Amazônia - BASA. Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a Fonte



**Presidente**

Luiz Claudio Moreira Lessa

**Diretoria Comercial e de Distribuição - DICOM**

Marivaldo Gonçalves de Melo

**Gerencia Executiva de Pessoa Física - GERPF**

Manoel Piedade Pereira da Silva

**Coordenadoria de Microfinanças e Agricultura Familiar- COMIF**

Alexandre Trindade Ferreira

**Contato**

Av. Presidente Vargas 800

Telefone (Geral): 4008-3888

Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC)

Telefone: 0800 727 72 28

Telefone: 0800 721 18 88 - Exclusivo para deficientes auditivos ou de fala

2023. Esta é uma publicação do Banco da Amazônia - BASA. Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a Fonte.

**Realização**

**Universidade do Estado do Pará – UEPA**

**Grupo de Pesquisa em Modelagem Ambiental, Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Regional - MODER**

**Autores:**

Dr. Heriberto Wagner Amanajás Pena – UEPA

Dr. Fabricio Martins da Costa – UEPA

Dr<sup>a</sup>. Mayane Bento Silva – UEPA

Ms. Marcelo Santos Chaves – FAPESPA

Esp. Neydson Maccarty Silva da Silva – FAEPA



## SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	7
APRESENTAÇÃO .....	7
1. INTRODUÇÃO .....	9
2. REVISÃO TEÓRICA .....	11
2.1 TIPIFICAÇÕES CONCEITUAIS: BREVE RETRATO DA ECONOMIA INFORMAL NO BRASIL.....	11
2.2 O PROGRAMA NACIONAL DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO – PNMPO.....	15
2.3 O BANCO DA AMAZÔNIA E O PROGRAMA AMAZÔNIA FLORESER .....	18
2.3.1 O Microcrédito Amazônia Florescer Urbano .....	21
3. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS .....	23
3.1 A ESTRUTURA, FONTES, BASE AMOSTRAL E A ÁREA DE ESTUDO .....	24
3.1.1 Quanto a Estrutura.....	24
3.1.2. Quanto as Fontes .....	25
3.1.3 Quanto a Base Amostral.....	26
3.1.4 Quanto a Área de Estudo.....	27
3.2 AJUSTE DOS DADOS E MODELAGEM ESTATÍSTICA .....	28
3.2.1 Ajuste dos Dados.....	28
3.2.2 Análise Multivariada .....	28
3.3 MODELO DE ANÁLISE DO IMPACTO SOCIAL DO PNMPO.....	31
3.3.1 Análise Agregada .....	31
3.3.2 Análise Desagregada .....	34
4. RESULTADOS DA PESQUISA .....	37
4.1 INDICADORES DE PERFIL .....	38
4.1.1 Gênero .....	38
4.1.2 Faixa Etária .....	39
4.1.3 Escolaridade .....	40
4.1.4 Classe Social .....	41
4.1.5 Aspecto Renda e Receita.....	42
4.1.6 Aspecto Ocupação.....	44
4.2 INDICADORES DE RESULTADO.....	44

4.2.1 Os Fatores Extraídos da Pesquisa.....	45
4.2.2 O Índice de Impacto Social do Programa de Microcrédito Produtivo Orientando: Amazônia Florescer Urbano - MPOsocial.....	49
<b>4.3 INDICADORES DE IMPACTO .....</b>	<b>52</b>
4.3.1 Impactos na Renda .....	52
4.3.2 Impactos no Consumo.....	56
4.3.3 Impactos nos Negócios.....	59
4.3.4 Impactos (Inclusão no Sistema Bancário) .....	62
4.3.5 Impactos nos empregos .....	64
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>68</b>
<b>6. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>70</b>

### **Lista de Figuras**

Figura 1: Emprego das fontes de pesquisa e natureza dos dados .....	26
Figura 2: Tratamento dos dados e ajuste da análise multivariada .....	31
Figura 3: Unidades de Microfinanças do Banco da Amazônia na Região Norte .....	38
Figura 4: Gênero dos entrevistados - Resultados da Pesquisa .....	39
Figura 5: Faixa etária dos entrevistados - Resultados da Pesquisa .....	40
Figura 6: Classe Social - Resultados da Pesquisa .....	41
Figura 7: Espacialização do Índice do MPOsocial por Estados da Região Norte .....	50
Figura 8: Espacialização do Índice do MPOsocial nas diferentes escalas. ....	51

### **Lista de Gráficos**

Gráfico 1: Escolaridade dos entrevistados - Resultados da Pesquisa.....	40
Gráfico 2: Renda Familiar total antes de depois da adesão ao programa Amazônia Florescer .....	42
Gráfico 3: Receita do negócio antes de depois da adesão ao programa Amazônia Florescer.....	43
Gráfico 4: Número de pessoas contratadas antes de depois da adesão ao programa Amazônia Florescer .....	44
Gráfico 5: Proporção da população em condição de extrema pobreza, Amazônia Florescer e Região Norte (2022) .....	53

### **Lista de Quadros**

Quadro 1 – Tipologias do trabalho informal no Brasil .....	14
--	----

### **Lista de Tabelas**

Tabela 1 - Dimensionamento Hierárquico atribuído ao Índice MPOsocial (1 a 3).....	33
---	----

Tabela 2 - Dimensionamento Hierárquico atribuído ao Índice de Impacto Social .....	36
Tabela 3: Dimensões fatorais observáveis da pesquisa e grau de correlação das variáveis do Modelo Multivariado .....	47
Tabela 4: Renda média domiciliar per capita mensal dos clientes Amazônia Florescer Estados e Região Norte (2022) .....	54
Tabela 5: Os 15 municípios com maior renda média domiciliar per capita mensal, segundo clientes Amazônia Florescer (2022).....	54
Tabela 6: As 15 atividades econômicas que induzem a maior renda média domiciliar per capita mensal, segundo clientes Amazônia Florescer (2022) .....	55
Tabela 7: Gastos com alimentação dos clientes Amazônia Florescer, Estados x Região Norte (2022) .....	56
Tabela 8 – Gastos médio com alimentação por clientes Amazônia Florescer, Estados x Região Norte (2022) .....	57
Tabela 9 – Os 15 municípios com maior gasto médio com alimentação por clientes Amazônia Florescer, Região Norte (2022).....	57
Tabela 10: Propensão marginal a consumir dos clientes Amazônia Florescer, Estados x Região Norte (2022) .....	58
Tabela 11: Os 15 municípios com maior propensão marginal a consumir, segundo Amazônia Florescer (2022).....	59
Tabela 12: Participação relativa dos empreendimentos que captaram microcrédito Amazônia Florescer por porte, Estados e Região Norte (2022) .....	60
Tabela 13: Participação relativa dos empreendimentos que captaram microcrédito Amazônia Florescer por porte, Municípios e Região Norte (2022) .....	60
Tabela 14: Participação relativa dos empreendimentos que captaram microcrédito Amazônia Florescer, por porte e atividades econômicas (2022) .....	61
Tabela 15: Participação relativa dos clientes que captaram microcrédito Amazônia Florescer, segundo inclusão no Sistema Bancário antes da adesão ao Amazônia Florescer, Estados e Região Norte (2022) .....	62
Tabela 16: Participação relativa dos clientes que captaram microcrédito Amazônia Florescer, segundo inclusão no Sistema Bancário antes da adesão ao Amazônia Florescer, Municípios e Região Norte (2022) .....	63
Tabela 17: Participação relativa dos clientes que captaram microcrédito Amazônia Florescer, segundo inclusão no Sistema Bancário antes da adesão ao Amazônia Florescer e Atividades Econômicas (2022).....	63
Tabela 18: Participação relativa dos clientes que captaram microcrédito Amazônia Florescer, segundo inclusão no Sistema Bancário antes da adesão ao Amazônia Florescer e Porte (2022)....	64

Tabela 19: Número de pessoas ocupadas nos empreendimentos com microcrédito Amazônia Florescer, Estados e Região Norte (2022).....	65
Tabela 20: Os 15 municípios com maior estoque de pessoas ocupadas nos empreendimentos com microcrédito Amazônia Florescer, (2022).....	66
Tabela 21: As 15 atividades econômicas com maior estoque de pessoas ocupadas nos empreendimentos com microcrédito Amazônia Florescer, (2022) .....	66
Tabela 22: Número de pessoas ocupadas nos empreendimentos com microcrédito Amazônia Florescer, por categoria de porte (2022) .....	67

## PREFÁCIO

O Banco da Amazônia – BASA atua fortemente como um dos operadores nacionais do PNMPO apoiando e financiando atividades produtivas de empreendedores populares informais na Amazônia compreende a necessidade de avaliar como a disponibilização de recursos pode contribuir para mudanças nas condições de vida dos agentes econômicos e, mais do que isto, identificar os fatores subjacentes destas modificações, apontar os principais agrupamentos e qual o seu significado social associado a linha de microcrédito operacionalizada.

Nesse sentido, o Banco da Amazônia elegeu a Universidade do Estado do Pará, pela relevância dos trabalhos desenvolvidos sobre o microcrédito na região, para coordenar e executar estudos, diagnósticos e desenvolver metodologias ajustadas para avaliação do impacto social junto aos empreendedores populares. Em forma de Plano de Trabalho conjunto formalizam o compromisso de se apropriar de informações técnicas e científicas para avaliar a complexidade dos impactos sociais associados a operacionalização do Programa Nacional de Microcrédito Orientado na condição de vida de empreendedores populares informais.

## APRESENTAÇÃO

Criado em 2005 pela Lei nº 11.110 e revigorado em 2018 pela Lei nº 13.636, pelo Governo Federal, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) assume a tarefa de apoio e financiamento a empreendedores populares informais, para continuidade de suas atividades produtivas no meio rural ou urbano, com demanda individual ou coletiva junto aos operadores da política.

Os mais de 15 anos de atuação no PNMPO - pela grande expansão de beneficiados na Amazônia e, em especial no estado do Pará, neste médio prazo de forte atuação, principalmente, no quantitativo de contratos firmados e no atendimento inclusivo, práticas que fogem à regra de acesso ao setor bancário tradicional, - trazem à tona a necessidade de projetar para a sociedade em geral, como a atuação operacional do Banco da Amazônia na concessão de microcrédito orientado na região alcança a sustentabilidade dos pequenos empreendimentos apoiados e a sua relevância social.

A necessidade de uma avaliação do PNMPO além de atender uma exigência de eficácia, eficiência e efetividade da política de crédito, reafirma o padrão de melhoria constante praticado pelo Basa quanto aos elementos estruturais de seu funcionamento, assim como oportuniza ajustes necessários para o cumprimento da função social do microcrédito orientado, especialmente no atual momento de crise sanitária e recuperação parcial das atividades econômicas. Esta abordagem por não se limitar a variáveis tecnicamente financeiras, permite materializar informações e dados acerca da transformação social dos beneficiados e, precisamente, identificar o quanto os contratos contribuem para geração de renda, consolidação do homem da Amazônia em sua região e as consequentes melhorias em sua condição de vida.

Uma abordagem interdisciplinar/multidisciplinar que investigue inúmeras variáveis de forma consistente e sistemática para avaliar o impacto social do PNMPO nos Estados da Região Norte aparece como um instrumento capaz; de proporcionar a análise de fatores associados a mudanças sociais em correlação à linha de microcrédito operacionalizada junto ao BASA. A construção de referências metodológicas para o médio e longo prazo representa uma exigência para produzir evidências, reunir dados de ordem primária e interpretar como a política de crédito tem modificado a vida dos beneficiados nos Estados da Região Norte.

Avaliar os impactos sociais do PNMPO não representa apenas uma exigência da Gestão e Governança do BASA enquanto operador da política, mas formaliza parte de seu compromisso social de transparência na execução de política pública, localização e acesso à informação, conforme resolução CGPAR nº5/2015, nas leis (nº12.527/2011; nº13.303/2016) e nas demais normas aplicáveis. A Missão Institucional do BASA descreve com exatidão o seu papel e compromisso para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Papel esse potencializado pelo Objetivo recém- incluído ao Plano Estratégico 2023-2030 da instituição: *Ser referência em micronegócios na Amazônia.*

Sob o viés social, a atuação da PNMPO exige um julgamento de mérito, avaliando seus efeitos de impacto e validando o esforço operacional do BASA na expansão do processo de crédito. Nesse sentido, reunir elementos para avaliar impacto social representa dimensionar como: a política PNMPO alcança seu público-alvo; a redução burocrática e a diminuição das assimetrias de informações presentes nas atividades favorece o acesso desse público ao crédito; a contribuição das operações reduz a vulnerabilidade do mercado; a ampliação de oportunidades que não seriam possíveis sem intervenção pública impacta na redução nas

operações de mercado. Portanto, a parceria institucional com a Universidade do Estado do Pará, oferece uma estrutura (quantitativa/qualitativa) para o desenho metodológico necessário para uma avaliação social que contemple as inúmeras dimensões associadas a atuação específica do BASA na política de expansão do microcrédito nos Estados da Região Norte.



## 1. INTRODUÇÃO

De acordo com as prerrogativas teóricas de Amartya Sen (2000) desenvolvimento é sinônimo de liberdade. O que não se restringe à liberdade de mercado, mas à liberdade de participar do mercado a partir da expansão das capacidades dos indivíduos. Ou seja, enquanto a valor do mercado está em permitir que as pessoas possam escolher onde trabalhar, o que produzir e o que consumir, a expansão das capacidades diz respeito a oportunidade de fazer essas escolhas, o que conforma tanto os fins quanto os meios do desenvolvimento.

Assim, a liberdade constitui-se como razão avalizadora da eficácia de qualquer empreendimento em prol do desenvolvimento, posto que “a avaliação do progresso tem de ser feita verificando-se primordialmente se houve aumento das liberdades das pessoas” (SEN, 2000, p. 18).

Compreende-se, portanto, que o desenvolvimento é resultado de um processo de transformação social profundo. Para alcançá-lo as ações do Estado democrático assumem um papel fundamental, principalmente no que tange à orientação para promoção do crescimento econômico sustentável, com justiça social e melhoria da qualidade de vida.

Na esfera estatal, compete às políticas públicas, em parceria com o mercado e demais instituições de assistência social, superar a lógica dependente, e promover a emancipação social através da melhoria da condição de agente dos cidadãos. Como efeito, o aumento da liberdade social melhora o potencial dos indivíduos cuidarem de si e influenciarem o mundo, de engajarem-se como membros públicos, participantes de ações econômicas, sociais e políticas. A perda social aparece quando se negam esses direitos.

Nesses termos, a pobreza não é apenas a falta de renda, é uma privação de capacidades básicas que se manifestam no analfabetismo, morte precoce, morbidez persistente. O desemprego, da mesma forma, não é apenas um problema de renda, acarreta perda de autonomia, autoconfiança, saúde física e psicológica. Desemprego é exclusão social.

As políticas públicas necessitam atingir principalmente à população mais pobre, garantindo a oportunidade de inclusão e liberdade. Ocorre que em condições de instabilidades políticas e econômicas, um grande desafio dos países em desenvolvimento, como o Brasil, reside justamente na capacitação e incorporação do capital humano no mercado de trabalho, como forma de superação da pobreza (LAMEIRA, 2017; FERREIRA, 2018).

Logo, com a finalidade de promover intervenções que viabilizem a melhoria da qualidade de vida da população da Região Norte do Brasil, o presente estudo se dispõe a avaliar, de forma empírica, o impacto social do microcrédito “Amazônia Florescer Urbano”, nas áreas de atuação do BASA e segundo a percepção de seus clientes. Este relatório final, está estruturado em 5 (cinco) seções sendo esta introdução a primeira.

A segunda seção compreende uma discussão teórica sobre a economia informal no Brasil e suas tipificações, o marco regulatório e institucional e o aparecimento das políticas como correção das falhas de mercado. Na terceira seção, são apresentadas as considerações metodológicas da pesquisa com detalhamento operacional de campo, classificação e análise do impacto social da política de microcrédito na Região Norte. Na penúltima seção, são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa, de acordo com as percepções dos clientes do BASA, com análise contextualizada e; na quinta e última seção são apresentadas as considerações técnicas sobre o estudo.



## 2. REVISÃO TEÓRICA

### 2.1 TIPIFICAÇÕES CONCEITUAIS: BREVE RETRATO DA ECONOMIA INFORMAL NO BRASIL

Na esteira dos desafios para o alcance do desenvolvimento, o debate acerca dos trabalhadores informais tem se tornado profícuo nas últimas décadas e cada vez mais necessário em face dos desdobramentos econômicos e sociais da pandemia do novo Coronavírus.

Segundo a resolução adotada pela 90ª Conferência Internacional do Trabalho, de 2002, a "economia informal" refere-se a "todas as atividades econômicas de trabalhadores e unidades econômicas que não são abrangidas, em virtude da legislação ou da prática, por disposições formais" (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2006, p. 7). O termo contempla não só o "fenômeno das empresas não registadas nem reconhecidas, mas também dos trabalhadores que se encontram em circunstâncias precárias, tanto na economia formal como na informal" (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2014, p. 6).

Outro aspecto da economia informal é a exposição de empregadores e trabalhadores a riscos derivados da ausência de proteção social, de educação, de capacitação, de cuidados à saúde, de apoio familiar e dificuldades quanto a sustentabilidade econômica do empreendimento. Tais fatores os inserem em diversos graus de dependência e vulnerabilidade, a citar: "rendimentos baixos e irregulares, longas horas de trabalho e falta de acesso à informação, aos mercados, ao financiamento, à formação e à tecnologia" (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2002, p. 9).

Em alguns países a economia informal também é sinônimo e de setor informal, economia "subterrânea" ou "paralela", por isso, é importante destacar que quando nos referimos a economia informal, e seus sinônimos, tratamos de trabalhadores e empresas que produzem bens e serviços legais, e há que os distinguir de atividades criminosas que se enquadram no direito penal e não estão sujeitas a regulamentação (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2022).

Ainda que não exista um consenso quanto a sua definição, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) afirma ser preferível o termo "economia informal" à expressão "setor informal" posto que os trabalhadores e empreendimentos em questão não advêm de único setor, mas de várias atividades econômicas onde inserem-se os trabalhadores assalariados e trabalhadores por conta própria que, de outra forma, não teriam rendimentos ou trabalho e ingressam na economia informal por necessidade absoluta (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2006).

Os pequenos negócios - sem registro nos órgãos competentes, sem contabilidade padrão e sem registro da contratação da mão de obra - representam a organização típica das atividades da economia informal. No que tange às políticas macroeconômicas e fiscais, esse conjunto de atividades não declaradas implicam em distorções estatísticas quanto ao mercado de trabalho e aos agregados das contas nacionais, o que pode levar a equívocos na implementação de políticas econômicas (MARINHO, 2017).

Vale ressaltar que o fenômeno da economia informal também compõe a estrutura de ocupação de países industrializados, embora seja mais recorrente em países em desenvolvimento. Em muitos países industrializados a economia informal é constituída principalmente por migrantes e minorias raciais, bem como pela expansão do trabalho das mulheres (MARINHO, 2017). Tanto em países desenvolvidos como industrializados, onde as unidades econômicas visam cada vez mais as modalidades de trabalho flexíveis, torna-se crescente a contratação externa e a subcontratação gerando déficits de trabalho digno (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2002).

Os fatores que levam à exclusão da economia dominante podem ser diversos, podendo derivar da conjuntura externa, posto que a globalização e aumento da concorrência estimulam as empresas a recorrer a modalidades atípicas e menos onerosas de emprego, ou evadirem-se em busca de mercados com mão de obra mais barata; do lado da oferta de mão de obra, a informalidade pode ser resultado de constrangimentos internos causados pela pobreza e pela baixa capacidade de formação de capital humano, dado o baixo nível de educação. Por fim, do lado da procura de mão de obra, a informalidade também pode resultar do uso de tecnologias que reduzem a demanda por mão de obra, ou por um crescimento de atividades de capital intensivo que desvia o apoio de instituições públicas e privadas às pequenas empresas (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2014).

A resolução da OIT de 2002, entretanto, enfatiza que as debilidades na governança são as principais causas da economia informal. Por debilidade na governança entende-se políticas macroeconômicas e sociais mal orientadas e elaboradas sem contato com a realidade local.

Na obra ‘Retrato do trabalho informal no Brasil: desafios e caminhos de solução’, Vahíd Vahdat et al. (2022) reforça que a discussão sobre a mensuração e caracterização da informalidade passou por diferentes entendimentos sobre o seu significado desde que a obra de Kenneth Hart, sobre a economia de Gana, inaugurou a discussão sobre o tema. Atento às contribuições da OIT, bem como ao contexto brasileiro, Vahdat et al. (2022) propõe a definição de elementos analíticos para construção do cenário da economia informal no Brasil, com a finalidade de caracterizar a heterogeneidade e definir uma abordagem que possibilite campos de atuação.

Os tipos de informalidade definidos no estudo abarcam situações diferenciadas de “pessoas e negócios que não possuem registro legal de suas atividades e inclui um segmento da formalidade que é marcado pela precariedade - evidenciando que a formalização não pode ser considerada ‘redentora’” (VAHDAT et al., 2022, p. 111).

O Quadro 01, a seguir, apresenta as características de cada uma das quatro tipologias propostas: (i) informais de subsistência; (ii) informais com potencial produtivo; (iii) informais por opção e; (iv) formais frágeis. É, ainda, pertinente destacar que essa tipologia de ocupações informais é uma dentre várias possíveis.

**Quadro 1 – Tipologias do trabalho informal no Brasil**

<b>Tipo de informalidade</b>	<b>Posição na ocupação</b>		
	<b>Empregadores</b>	<b>Conta própria</b>	<b>Assalariados</b>
<b>(i) Informais de subsistência (Informalidade como estratégia de sobrevivência)</b>	Empregador sem CNPJ, com rendimento de até 2 salários mínimos, em unidades produtivas com até 10 trabalhadores	Trabalhador por conta própria sem CNPJ, com rendimento de até 2 salários mínimos	Empregado sem carteira, com rendimento de até 2 salários mínimos, em unidades de trabalho com até 10 trabalhadores
<b>(ii) Informais com potencial produtivo (Não são suficientemente produtivos para se formalizar, mas possuem potencial)</b>	Empregador sem CNPJ: (i) com rendimento de até 2 salários mínimos em unidades produtivas com mais de 10 trabalhadores; e (ii) com rendimento de 2 a 5 salários mínimos	Trabalhador por conta própria sem CNPJ, com rendimento de 2 a 5 salários mínimos.	Empregado sem carteira, (i) com rendimento de até 2 salários mínimos em unidades produtivas com mais de 10 trabalhadores; e (ii) com rendimento de 2 a 5 salários mínimos.
<b>(iii) Informais por opção (Informalidade com estratégia para aumento Dos rendimentos)</b>	Empregador sem CNPJ, com rendimento superior a 5 salários mínimos.	Trabalhador por conta própria sem CNPJ, com rendimento superior a 5 salários mínimos.	Empregado sem carteira, com rendimento superior a 5 salários mínimos.
<b>(iv) Formais frágeis (Dificuldade em se manter na formalidade)</b>	Empregador com CNPJ, com rendimento de até 2 salários mínimos, em unidades produtivas com até 10 trabalhadores	Trabalhador por conta própria com CNPJ, com rendimento de até 2 salários mínimos.	Empregado, com carteira, com rendimento de até 2 salários mínimos, em unidades de trabalho com até 5 trabalhadores

Fonte: Vahdat et al. (2022, p. 112).

Com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNADC, o autor avalia que 32,5 milhões pessoas estavam inseridas nessas tipologias de informalidade no terceiro trimestre de 2021. Esse número equivale a 48,9% (do total de 66,5 milhões) da população ocupada no Brasil. Entre os 32,5 milhões de pessoas, 60,5% correspondiam aos informais de subsistência, 16,0% aos Informais com potencial produtivo, 2,2% aos informais por oportunidade e 21,1% aos formais frágeis (VAHDAT et al., 2022).

Outra característica importante do retrato da informalidade no Brasil está na comparação entre as regiões do país. No conjunto das posições ocupadas no mercado de trabalho, as informais são a maioria no Norte (65,8%), Nordeste (64,1%) e Centro-Oeste (50,5%). No Sul e Sudeste a participação é ao redor de 40,0% (VAHDAT et al., 2022).

Como as causas da informalidade são múltiplas, as propostas de intervenções sociais para redução da informalidade também precisam ser multifacetadas, incluídas em pelo menos quatro eixos: a facilitação da formalização; o estímulo a cultura de conformidade legal; a garantia da proteção social e; a promoção do desenvolvimento produtivo (VAHDAT et al., 2022; MARINHO, 2017; RUAS et al., 2015). Para efeitos desta investigação daremos ênfase a esse último eixo.

Ampliar a produtividade dos negócios e trabalhadores informais configura uma condição *sine qua non* para que a entrada na formalidade não seja frágil e transitória. Ocorre que, “sem acesso a recursos financeiros, os negócios informais têm dificuldade de lidar com as oscilações econômicas e suas possibilidades de crescimento são limitadas” (VAHDAT et al., 2022, p. 204). Por isso, a recomendação de boas práticas envolve: ampliar o acesso a recursos financeiros; capacitar e assessorar os negócios informais; viabilizar o acesso a bens de capital e; aprimorar o acesso a mercados (VAHDAT et al., 2022; MARINHO, 2017; RUAS et al., 2015).

## 2.2 O PROGRAMA NACIONAL DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO – PNMPO

Schumpeter (1985) foi um importante precursor da ideia de que o fornecimento de crédito é, dentre outros fatores, fundamental para o desenvolvimento. Segundo o autor, os bancos e demais instituições financeiras são sustentadoras primordiais das inovações, na medida em que fornecem aos empreendedores o crédito que não poderia derivar do lucro da produção anterior ou da simples poupança.

Ocorre que o mercado de crédito não funciona conforme os modelos de mercado concorrencial, principalmente devido a imperfeições associadas à falta de informações do credor quanto ao tomador de empréstimo. Diante disso, os bancos racionam crédito e para lidar com o risco moral da inadimplência, exigem garantias do tomador sob a forma de bens, normalmente imóveis. Essas medidas reduzem os custos de monitoramento e, em caso de inadimplência, o banco poderá reaver seu principal (CACCIAMALI, 2005).

Por outro lado, essas exigências excluem do acesso ao crédito empreendimentos viáveis economicamente, que não possuem reputação ou garantia, como é o caso de pequenos negócios informais (CACCIAMALI, 2005). Assim, especialmente os trabalhadores da economia informal, acabam sujeitos a toda sorte de variação de taxa de juros quando recorrem

a práticas de empréstimo não institucionalizadas, com credores familiares, ou à margem da legalidade, com agiotas (RUAS et al., 2015).

Diante dessa necessidade de garantir que os negócios informais acessem a linhas de crédito compatíveis com seu fluxo financeiro, em condições adequadas de parcelamento, taxa de juros e prazos, o microcrédito orientado tem se consolidado como uma importante ferramenta de inclusão social.

Em sua versão contemporânea, o microcrédito tem como marco os anos 1970, através das ações de Muhammad Yunus e Al Whittaker. O primeiro, iniciou suas atividades concedendo empréstimo a mulheres pobres em Bangladesh, até a consolidação do *Grameen Bank* em 1983. O segundo, criou em 1971 o *Institute for International Development Incorporated* (IIDI) estimulando, por meio de microcrédito, empreendedores de pequenos e micronegócios em países em desenvolvimento na África, Ásia e América Latina (RUAS et al., 2015).

Em termo, o "microcrédito é a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais" (BARONE et al., 2002, p. 11). Importante precisar que o microcrédito é apenas uma espécie do gênero microfinanças que abrange uma variedade de serviços financeiros voltados à população de baixa renda e microempreendedores. Contudo, os termos "pequeno valor" e "baixa renda" não elucidam completamente a caracterização dessa espécie de crédito (FERREIRA, 2018; LAMEIRA, 2017).

O que caracteriza a modalidade de microcrédito é sua designação à produção (capital de giro e investimento) sob o uso de metodologia específica, a constar, a redução de exigências para a concessão do empréstimo e a formação de grupos solidários que substituem as garantias reais. "Nesse sentido, "o microcrédito deve ser entendido como um instrumento de promoção da inclusão financeira, o que justificaria a criação de políticas públicas centradas na expansão do microcrédito" (FERREIRA, 2018, p. 26).

Em sua origem, a atividade de microcrédito no Brasil foi desenvolvida, primordialmente, por organizações não governamentais. O marco temporal do microcrédito é a experiência da União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações - UNO, fundada em 1973, cujo pioneirismo assumiu referência na literatura brasileira sobre economia informal e programas de microcrédito (RUAS et al., 2015).

Somente no final dos anos 1990, o microcrédito passou a ser difundido - com destaque para o programa Crediamigo, criado em 1997, pelo Banco do Nordeste - e a partir de 2003, identificam-se ações sistemáticas do Governo Federal com fins de implementar uma política pública de microcrédito para o desenvolvimento social (RUAS et al., 2015). Destaca-se nesse contexto a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que garantiu para operações de crédito à população mais pobre e microempreendedores o direcionamento de 2,0% dos depósitos à vista captados pelas instituições financeiras (FERREIRA, 2018).

A Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, que instituiu o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO) representou um novo marco na desburocratização, democratização e garantia de fonte permanente de fomento para os trabalhadores da economia informal.

O Programa foi criado com "o objetivo principal de estimular a geração de trabalho e renda entre microempreendedores populares, mediante a disponibilização de fontes específicas de financiamento ao microcrédito produtivo orientado" (BRASIL, 2022). Nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o crédito é destinado a pessoas físicas e jurídicas de atividades produtivas urbanas e rurais com renda ou receita bruta de até R\$ 360 mil. Conforme o estabelecido na Lei nº 11.110, de 2005:

[O] crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica (BRASIL, 2005).

Reforçamos que, para ser concebido como microcrédito orientado, a prioridade não é necessariamente o valor do empréstimo, mas a metodologia baseada no relacionamento da instituição concedente e o empreendedor tomador do empréstimo. Estabelece-se, assim, a "obrigatoriedade de envio de um agente de crédito de uma instituição de microcrédito, habilitada ao PNMPO, ao local onde a atividade econômica é executada" (FERREIRA, 2018, p. 47). Este relacionamento justifica-se pela necessidade de elaborar um levantamento socioeconômico, no qual conste a avaliação da necessidade do valor do financiamento e a capacidade de pagamento do tomador de crédito.

Posteriormente, para adequar-se à realidade socioeconômica da população de baixa renda, a Lei n. 13.636, de 20 de março de 2018 alterou o escopo das ações do programa,

permitindo o uso de tecnologias digitais no processo de orientação dos tomadores de crédito (BRASIL, 2018). "Mais recentemente, a Lei n. 13.999, de 18 de maio de 2020, permitiu que todo o processo de orientação fosse realizado de forma não presencial" (BRASIL, 2022). Note-se que, a modalidade on-line não isenta os envolvidos da manutenção do critério de relacionamento. Apenas amplia os canais de comunicação.

Nos termos da Lei nº 13.636/2018, as entidades autorizadas a operar ou participar do PNMPO, na concessão de microcrédito, obedecem a pelo menos quatro segmentos: bancos, cooperativas de crédito, agências de fomento e sociedades de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte. Além destes segmentos, também são entidades autorizadas: organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP), agentes de crédito, instituições financeiras que realizem operações exclusivamente por meio de sítio eletrônico ou de aplicativo, pessoas jurídicas especializadas no apoio, no fomento ou na orientação às atividades produtivas mencionadas nessa Lei, correspondentes no País, e Empresas Simples de Crédito (ESCs) (BRASIL, 2018).

Até 2015, o segmento banco respondia a mais de 90,0% da carteira ativa de microcrédito e, entre eles, quatro concentravam quase a totalidade das concessões e operações: Banco do Nordeste do Brasil - BNB, Banco do Brasil - BB, Caixa Econômica Federal - CEF e Banco da Amazônia -BASA (FERREIRA, 2018).

Esse cenário corrobora com a constatação de que atualmente os principais "programas vigentes voltados à promoção da atividade de microcrédito no Brasil são estabelecidos por meio de intervenções públicas, e executados por bancos públicos, ainda que OSCIPs ou bancos comunitários sigam tendo considerável importância" (RUAS et al., 2015, p. 18).

## 2.3 O BANCO DA AMAZÔNIA E O PROGRAMA AMAZÔNIA FLORESER

Os desafios intrínsecos para superação da pobreza e promoção do desenvolvimento envolve fatores regionais bem como aqueles ligados ao gênero e a cor. Neste contexto, o microcrédito apresenta-se como uma importante política pública orientada à geração de renda para o segmento mais vulnerável da população, com importância ainda mais destacada para a Região Norte do Brasil.

Conforme mencionado anteriormente, a Região Norte concentra, no universo da população ocupada no terceiro trimestre de 2021, o maior percentual de trabalhadores

informais do Brasil. A economia informal corresponde a 65,8% das ocupações na data de referência.

Segundo a tipologia de Vahdat et al. (2022), na Região Norte, 49,1% da população ocupada na economia informal enquadra-se como informais de subsistência, 8,0% como informais com potencial produtivo, 0,6% como informais por opção e 34,2% como formais frágeis.

A síntese dos indicadores sociais do IBGE (2022) também demonstra que o rendimento médio real do trabalho das pessoas ocupadas, na semana de referência, em trabalhos informais, na Região Norte é de R\$ 1.211,0 abaixo da média nacional, que corresponde a R\$ 1.543,0. Entre os trabalhadores informais, por sexo, as mulheres apresentam um rendimento abaixo da média em todo território nacional. Na Região Norte o rendimento das mulheres que trabalham na informalidade é de, na média, R\$ 1.076,0 enquanto o rendimento dos homens é da ordem de R\$ 1.282,0 o rendimento masculino supera, portanto, a média regional (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2022).

Nesse contexto, o Banco da Amazônia, entre as instituições financeiras de fomento ao desenvolvimento e produtividade, assume a condição de facilitador do acesso ao crédito para os trabalhadores e trabalhadoras informais na Região Norte.

O Banco da Amazônia nasceu em plena 2ª Guerra Mundial, com o nome de Banco de Crédito da Borracha e o objetivo de financiar a produção de borracha destinada aos países aliados. Em 1950, por decisão do Governo Federal, o banco foi convertido em Banco de Crédito da Amazônia S.A para o financiamento de outras atividades produtivas, assumindo contornos pioneiros de banco regional misto.

Em 1966, já com o nome de Banco da Amazônia, assumiu o papel de agente financeiro da política do Governo Federal para o desenvolvimento da Amazônia Legal. Em 2017 o Basa atingiu o Nível 1 no Indicador de Governança do Ministério da Economia (“IG-SEST”), com nota máxima na meta relacionada à gestão, controle e auditoria, e vem mantendo este indicador em todas as apurações subsequentes. No ano de 2022 a instituição completou 80 anos de funcionamento, promovendo a inclusão financeira e contribuindo com o desenvolvimento da Amazônia (BANCO DA AMAZÔNIA, 2023c).

O Banco da Amazônia implantou o Programa Amazônia Florescer em 2007, atendendo ao disposto na Lei n.º 11.110, de 25 de abril de 2005, que instituiu o PNMPO, aderindo, dessa

forma, à missão de garantir acesso ao crédito aos empreendedores populares da Região Amazônica (BANCO DA AMAZÔNIA, 2023b; REIMÃO, SILVA, 2018; LAMEIRA, 2017).

A primeira unidade do Programa Amazônia Florescer foi aberta na Cidade Nova, no município de Ananindeua (PA) e a contratação da primeira operação de crédito ocorreu em 03/12/2007 (REIMÃO, SILVA, 2018). Ao longo dos 15 anos seguintes, o Banco da Amazônia fortaleceu seu papel como agente de desenvolvimento da Região Amazônica estendendo a atividade de microcrédito orientado aos sete estados da região: Pará, Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima, Amapá e Tocantins. De dezembro de 2007 até fevereiro de 2023, o Basa possibilitou 501.392 operações de microcrédito, com investimento de R\$ 1,207,0 bilhão (BANCO DA AMAZÔNIA, 2023). Atualmente, o Programa Amazônia Florescer é a maior política pública de microcrédito para a Região Norte do Brasil (REIMÃO, SILVA, 2018; LAMIERA, 2017).

Em sua operacionalização, o programa desenvolvido pelo BASA também conta com a parceria da Associação de Apoio à Economia Popular da Amazônia – Amazoncred. Essa OSCIP, especializada em microcrédito, atua na disponibilização de profissionais capacitados para atuar com a metodologia do microcrédito produtivo orientado, que conforme os dispositivos legais, exige o atendimento ao tomador final do crédito, mediante orientação educativa sobre o planejamento do negócio e levantamento socioeconômico para definição da necessidade de crédito e gestão dos recursos (BANCO DA AMAZÔNIA, 2022; LAMEIRA, 2017).

O Programa Amazônia Florescer conta com quatro linhas de crédito: o Amazônia Florescer Rural, destinado a agricultores familiares da região amazônica; o Amazônia Florescer Urbano, destinado aos empreendedores populares informais urbanos com renda anual bruta de até R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); o Amazônia Florescer para Microempreendedores Individuais (MEI'S) da Região Norte e dos estados do Maranhão e do Mato Grosso; o Amazônia para Elas, destinado a agricultoras familiares, microempreendedoras urbanas, empreendedoras do setor de comércio e de serviços, e artistas que propagam a cultura regional (BANCO DA AMAZÔNIA, 2023b).

Todas as modalidades de linhas de crédito obedecem ao critério de empréstimos simplificados, sem a exigência de garantia real aos empreendedores. A depender da linha de crédito existem taxas de juros específicas, mas todas abaixo do valor de mercado, com prazos que variam de 12 a 36 meses para o pagamento. Todos os processos de crédito também podem

ser feitos por meio digital, através da plataforma MPO digital (BANCO DA AMAZÔNIA, 2022; 2023b).

### 2.3.1 O Microcrédito Amazônia Florescer Urbano

Em função das finalidades deste estudo, daremos ênfase à linha de crédito Amazônia Florescer Urbano que assume os seguintes objetivos: universalizar o acesso ao crédito para negócios populares de pequeno porte, estimulando o empreendedorismo no país; gerar emprego e renda entre os microempreendedores, fortalecendo suas unidades produtivas; promover a integração de políticas públicas direcionadas à redução da pobreza e da desigualdade social; gerar novos negócios ao Banco da Amazônia, por meio da oferta de produtos e serviços, inovadores e sustentáveis do ponto de vista social e financeiro; e promover a bancarização dos clientes por meio da abertura de contas e poupança (REIMÃO, SILVA, 2018, p. 202-203; BANCO DA AMAZÔNIA, 2023a).

Nessa modalidade, as atividades financiadas incluem os setores do comércio, serviço e produção, como: armarinhos, mercearias, sorveterias, fruteiras, barbearia, salão de beleza, costureira, consertos de sapatos, oficinas, confecções, padarias, artesanatos, marcenarias e outras (BANCO DA AMAZÔNIA, 2023a).

O microcrédito Amazônia Florescer Urbano destaca-se pelo uso de duas inovações que possibilitam lidar com a falta de garantias que os negócios informais apresentam. A primeira estratégia é o "aval solidário" "por meio do qual um grupo de pequenos negócios se unem para conseguir crédito e se responsabilizam coletivamente caso algum dos participantes não consiga pagar" (VAHDAT et al., 2022, p. 205). Para o acesso à linha de crédito do Amazônia Florescer Urbano, o Grupo Solidário é definido como coletivos de empreendedores informais que se reúnem de forma a facilitar a compra de material e o acesso ao crédito. Eles devem conter de 3 a 10 pessoas residentes na Região Amazônica (BANCO DA AMAZÔNIA, 2023a).

A segunda estratégia é o “crédito progressivo”, que, conforme as recomendações da OIT, corresponde ao aumento do crédito de acordo com o crescimento do faturamento. Assim, o limite de investimento e capital de giro do crédito Amazônia Florescer Urbano, varia de R\$ 300,00 a R\$ 6.000,00 na primeira operação e nas operações subsequentes poderão ter incrementos progressivos até R\$21.000,00 (BANCO DA AMAZÔNIA, 2023a).

Nesses termos, o microcrédito Florescer Urbano, enquanto política pública interescalár, assume a condição de ampliador das capacidades na medida em que possibilita a

liberdade dos empreendedores populares em relação ao crédito, antes dependente de agentes não institucionalizados. Da mesma forma, aumenta as chances de superação da pobreza, independência e ingresso ao mercado formal.

Estudos recentes têm mostrado o impacto positivo do microcrédito no aumento da produtividade dos negócios e em âmbitos sociais mais difusos, principalmente no que diz respeito ao aumento da capacitação dos trabalhadores, renda familiar, frequência escolar de crianças e redução da taxa de desemprego, especialmente entre as mulheres (SCHREIBER, 2009; SARAI, 2017; LAMEIRA, 2017; FERREIRA, 2018; REYMÃO, SILVA, 2018).

Justamente pela condição do desenvolvimento como um processo difuso, é importante ter ciência de que a melhoria da qualidade de vida da significativa parcela da população que atua na economia informal demanda, além do acesso à recursos financeiros, a integração com outras políticas públicas (VAHADAT et al., 2022).



### 3. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A abordagem escolhida para esta pesquisa se justifica por 2 (dois) motivos. De um lado, a necessidade de extrair do ambiente externo e mais próximo da realidade, "verdades" segundo a percepção dos participantes da pesquisa (beneficiados do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado -PNMPO). De outro, de uma decisão conjunta das partes deste termo, quando admitem que os dados para uma avaliação de impacto social devem ser estruturados para captar as mais diversas variáveis, quais as suas interdependências ou fatores subjacentes que permitam extrair avaliações que não pertencem a nenhuma base de dados, e que por isso, só podem ser avaliadas com pesquisa de campo.

Com horizonte definido de longo prazo (pouco mais de 14 anos), de forte atuação e expansão do microcrédito nos estados da Região Norte pelo BASA, já é possível entender quais foram os efeitos na atividade econômica dos beneficiários do PNMPO, na sustentabilidade de seus negócios/empreendimentos, e principalmente sobre as condições de vida desses agentes econômicos. Este recorte temporal ganha maior importância na análise, pelo real alcance social da PNMPO num contexto de pandemia, e da quebra das exigências formais para obtenção de crédito.

O planejamento desta pesquisa foi estruturado para responder qual o impacto social promovido pela expansão do microcrédito associado às operações do BASA nos 7 (sete) Estados da Região Norte. Provisoriamente, atesta-se que muitos são os fatores capazes de alterar a realidade e gerar impacto na condição de vida, e que políticas de intervenção baseada em microcréditos orientados, em circunstâncias especiais de acesso representa uma delas.

O agente operador do PNMPO apresenta os seguintes controles internos: atividades executadas; perfil dos beneficiados; volume de créditos liberados; condições de exigibilidade para acesso/financiamento e destinação espacial do crédito. O conjunto destas variáveis permitiu definir e estruturar o desenho da pesquisa e seu alcance metodológico, assim como determinar a escolha da pesquisa de campo como essencial para atender o objeto deste estudo.

Objeto de cooperação entre o Banco da Amazônia - BASA e a Universidade do Estado do Pará- UEPA a execução deste estudo exigiu o cumprimento do plano de trabalho baseado em pesquisa de campo e levantamento de dados primários, com aplicação de formulários estruturados com perguntas abertas, fechadas e estabelecimento de escalas de classificação. Segundo as diretrizes para abordagem de pesquisa de campo com seres humanos e

obedecendo o Conselho Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP, o formulário foi estruturado atendendo as normativas (Res. nº466/12; Res. 441/11; Res. nº580/18), foi estruturada para atender a um dos objetivos institucionais do Banco da Amazônia - BASA, institui a Comissão responsável pelos estudos e ações no âmbito do PNMPO.

A pesquisa tem por objetivo definir, planejar, coordenar e executar estudos, diagnósticos e relatórios integrados de impacto social do Programa de Microcrédito Orientado-Amazônia Florescer Urbano, em cooperação com a Universidade do Estado do Pará, por meio do Convênio: 2022/168 com fundamento legal: Lei 8.666/93, 8.958/1994, 10.973/2004 e 13.243/2016, Decretos: 6.170/2007, 93.872/1986 e 9.283/2018, Lei Complementar Estadual no 101/2000, Art. 29, Inciso I, Decreto Estadual no 2.637/10 e IN-STN 001/97.

### 3.1 A ESTRUTURA, FONTES, BASE AMOSTRAL E A AREA DE ESTUDO

#### 3.1.1 Quanto a Estrutura

O desenho estrutural da pesquisa com base em seus objetivos é do tipo **pesquisa descritiva**, no entanto, cabe explicitar que a particularidade desta, em especial, é que a mesma encontra-se no limiar das **pesquisas explicativas**, quando amplia a sua abordagem para além da simples identificação de relações funcionais entre variáveis e investiga objetivamente a natureza e a lógica dessa relação, permitindo uma nova orientação sobre o objeto. Esse tipo de pesquisa está sensível às questões e repercuções práticas da PNMPO na Região Norte e como os fenômenos evoluem na realidade observada (GIL, 1999).

A estrutura da pesquisa, de forma mais ampla, apresentou o **método** de abordagem **hipotético dedutivo** cercando as questões centrais com hipótese e pela inferência dedutiva, e ao mesmo tempo, indicando a possibilidade do preenchimento de lacunas no trato das questões (LAKATOS, 2012). Existe a possibilidade de combinação dos métodos indutivo e dedutivo, e aqui seria perfeitamente aplicável tal combinação de métodos, no entanto nesta pesquisa é mais forte a elaboração de princípios e pressupostos que serão obviamente testados empiricamente em torno das intervenções de políticas públicas (PNMPO) e condição de vida dos 613 clientes entrevistados (GRAY, 2012).

### 3.1.2. Quanto as Fontes

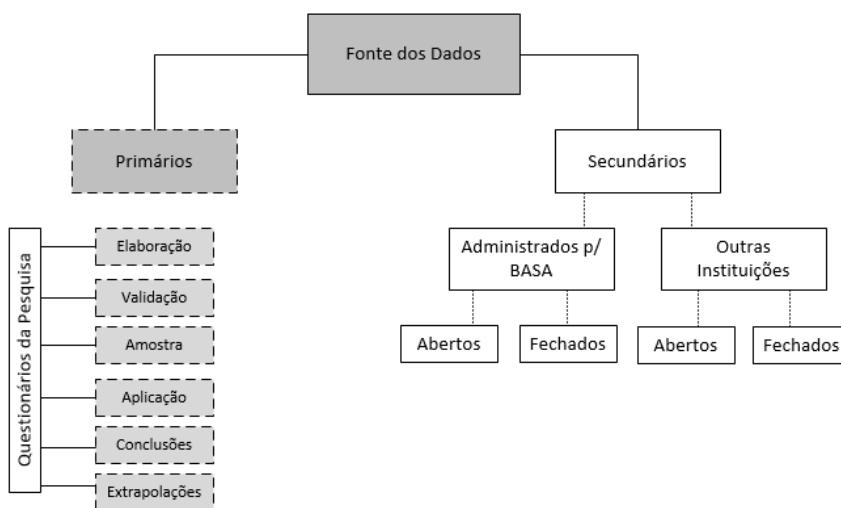
A combinação de dados secundários administrados pela base do BASA constitui a primeira aproximação do escopo da pesquisa, no entanto, tais elementos mostraram-se insuficientes para responder a problemática central do objeto do termo de convênio. Por isso, a estruturação da pesquisa utiliza-se de toda informação técnica administrada pelo operador da PNMPO (BASA), para planejar, e desenhar questionários válidos e confiáveis.

A pesquisa de campo irá empregar o instrumento de questionários estruturados com perguntas ajustadas aos objetivos da pesquisa, em ordem predeterminada. A recomendação de questionários é apropriada quando o público abordado (participantes da pesquisa), for relativamente grande, quando necessita de uma abordagem avaliativa e temporal, e uma exigência de identificar relações entre as variáveis (GRAY, 2012).

O questionário como ferramenta de pesquisa primária se ajusta ao problema de pesquisa a ser respondido, inicialmente para estabelecer alguma interação social e aplicação subsequente da técnica de documentação direta extensiva, ou seja, formulário com roteiro de questões diretas e de múltipla escolha estruturado e organizado de forma sistemática enunciadas pelos assessores de crédito (apoiadores da pesquisa) e por eles explicadas quando assim couber.

Os dados primários compreendem o elo principal entre as afirmações levantadas pelo assessor, a identificação de novas estruturas de análise do impacto social do PNMPO e o conteúdo que, porventura, aparecer nas respostas dos participantes. Isto significa que, desde a elaboração do formulário, passando pela sua validação e novo ajuste em campo, até a definição estatística da amostra, com suas devidas aplicações, conclusões e extrações estatísticas e de conteúdo, a pesquisa vai ganhando contorno experimental, o que reforça o conteúdo de uma pesquisa descritiva no limiar da explicativa (figura1).

**Figura 1: Emprego das fontes de pesquisa e natureza dos dados**



Fonte: Autores (2023)

As vantagens do formulário se estendem, inclusive, ao tratamento estatístico no qual foi possível trabalhar as ponderações e escalas de intensidades para responder o problema central. O formulário será validado na entrevista. Existe a exigência das correlações estatísticas, pelo menos, ao nível de 5,0% de probabilidade e, compreender um nível de variância explicada mínima exigido de 60,0% para as pesquisas de forte embasamento social (figura1).

O questionário a ser aplicado emprega o método não experimental com a utilização de indicadores auto reportáveis junto aos beneficiados do programa. A causalidade dos impactos na percepção dos entrevistados é capaz de suprir a ausência de base de dados referente a períodos em que não ocorreram avaliações. Nesta abordagem, exige-se um esforço comparativo do entrevistado para uma abordagem temporal, ou seja, o respondente avalia pensando retrospectivamente para identificar as transformações de impacto social, antes e depois do PNMPO.

### 3.1.3 Quanto a Base Amostral

O cálculo amostral foi realizado com objetivo de validar considerações para o universo observado, sem perder de vista as exigências estatísticas de minimizar o erro e atender a significância exigida para levantamentos de natureza social (LEVIN, 1987; LEVINE, 2000;

BERENSON, 2000; STEPHAN, 2000). Com base nas informações acima, a amostra foi determinada pela expressão abaixo:

$$n = \frac{N \partial^2 Z^2}{\partial^2 Z^2 + (N-1) \epsilon^2} \quad (1)$$

Em que:

$n$  = Número de indivíduos na Amostra;

$N$  = Universo de clientes ativos ou beneficiados do PNMPO;

$\partial^2$  = Variância da Amostra;

$Z$  = Valor crítico que corresponde ao grau de confiança exigida, neste caso, variável normal padronizada associada ao nível de confiança (95,0% = 1,96)

$\epsilon^2$  = Erro amostral permitido ( $\epsilon^2 \leq 10\%$ )

Para uma amostra aleatória simples, na qual foi admitindo um erro amostral máximo de ( $\epsilon=5,0\%$ ), e um nível de confiança de ( $Z=95,0\%$ ), e variância padrão da amostra para um universo da população de 44.338 clientes ativos do BASA, no início da pesquisa na linha de microcrédito, o tamanho mínimo estimado da amostra observando os valores críticos e estatísticos associados ao grau de confiança estabelecido é de ( $n= 613$ ), beneficiados do PNMPO.

### 3.1.4 Quanto a Área de Estudo

O universo da pesquisa é constituído por mais de 44.338 (quarenta e quatro mil) clientes ativos do BASA por meio do PNMPO no momento da pesquisa, nos 7 (sete) Estados da Região Norte (Amapá, Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia, Pará e Tocantins), com atuação em, pelo menos, 28 municípios da Amazônia e contando com 131 assessores intermediando a concessão de crédito, com orientação produtiva e auxílio de finanças. O processo de amostragem adotado é o probabilístico, de tal forma que podemos considerar qualquer cliente ativo do PNMPO como um potencial entrevistado, por isso, a definição da representatividade da população, ou seja, a amostra deve estar de acordo com o erro amostral (SARTORIS, 2003; DOWNING, 2005; CLARK, 2005).

### 3.2 AJUSTE DOS DADOS E MODELAGEM ESTATÍSTICA

#### 3.2.1 Ajuste dos Dados

A combinação de dados qualitativos e quantitativos (presentes no questionário aplicado) exige o uso de um método de **análise simultânea** para captar as **interações** entre o conjunto das variáveis observadas que, ao mesmo tempo, seja capaz de sumarizar e permitir processos de hierarquização e identificar **relações subjacentes** (escondidas) na avaliação de impacto social do PNMPO.

A aplicação de questionários reúne perguntas abertas (menor %) e fechadas de múltipla escolha (maior %) partindo de um fluxo lógico e sequencial de forma semiestruturada, para obtenção de níveis de classificação, o que permite um ajuste com a forma de trabalhar conjuntamente dos dados. O tratamento qualitativo e quantitativo dos dados da pesquisa de campo está decomposto em unidades menores e, revelados os elementos que caracterizam as suas estruturas latentes (DEY, 1993).

O MPO (Base de dados do programa administrado pelo BASA) produziu um relatório anual de avaliação em 2011, com caráter de avaliação dos indicadores financeiros do programa Amazônia Florescer. Nesse sentido, existe a necessidade de ampliação do escopo, realizando avaliação de impacto social, sem ignorar mudanças ocorridas desde a implantação e operacionalização do microcrédito produtivo orientado, demandando que novas variáveis componham a avaliação.

Em virtude da ausência de dados e indicadores precedentes o questionário foi concebido de forma a permitir uma avaliação em caráter retrospectivo, para captar as mudanças e demais sensibilidades associadas entre o momento de concessão do crédito (*ex ante*) e como o programa pode ter contribuído para as melhorias no negócio (*ex post*). Esta avaliação é mais indicada para situações em que a base de dados do passado é inexistente, ou ainda, não atende o escopo do relatório, e quando a pesquisa busca avaliar os impactos de uma determinada política, e como esta promoveu mudanças na condição de vida dos entrevistados.

#### 3.2.2 Análise Multivariada

As técnicas de Análise Multivariada contemplam dois aspectos importantes na pesquisa: atender a nova dimensão teórica de **mensuração do impacto social** e da condição de vida dos participantes (clientes ativos do PNMPO), e apresentar como método de análise eficiente pela

capacidade de ajustamento, quando valores e **percepções dos entrevistados** fazem parte do processo de informação a ser buscada pela pesquisa (PENA, 2011).

Nesta pesquisa foi determinado, segundo a aplicação das fórmulas, uma amostra de 613 clientes selecionados, de acordo com o tempo de renovação dos contratos e que, por isso, estariam aptos para uma avaliação sobre o Microcrédito utilizado em seus negócios. Os municípios alvo da pesquisa somaram 84, distribuídos segundo metodologia de estratificação para os 7 (sete) estados de atuação do Banco da Amazônia. A margem de erro empregada nesta pesquisa foi de apenas 5,0%, com nível de confiança dos dados refletirem a realidade dos clientes em suas percepções em 95,0%, com *z-escore* 1,96.

A aplicação das técnicas de análise multivariada via método dos componentes principais e utilização do método *Varimax* de rotação ortogonal dos fatores, juntamente com as combinações lineares das variáveis originais foram agrupadas em fatores ou variáveis latentes, summarizadas em menor quantidade, com a função de explicar a estrutura de correlação da base de dados pesquisada (BEZERRA, 2009). O modelo padronizado e a descrição das hipóteses clássicas de avaliação das estruturas de correlações são apresentadas em formato matricial pela seguinte expressão (DILLON; GOLDSTEIN; 1984).

$$\mu_i = \psi_i F + e_i \quad (2)$$

Em que:

$$\mu_i = \begin{bmatrix} \mu_{i1} \\ \mu_{i2} \\ ... \\ \mu_{in} \end{bmatrix}; \psi_i = \begin{bmatrix} 1 & \psi_{i11} & \psi_{i1k} \\ 1 & \psi_{i21} & \psi_{i2k} \\ ... & ... & ... \\ 1 & \psi_{in1} & \psi_{in k} \end{bmatrix}; F = \begin{bmatrix} F_0 \\ F_1 \\ ... \\ F_n \end{bmatrix}; \epsilon = \begin{bmatrix} e_1 \\ e_2 \\ ... \\ e_n \end{bmatrix} \quad (3)$$

Descritas como:

$\mu_i$  = é a variável  $i$  analisada ou valores observados na pesquisa ou ainda o vetor transposto com dimensão ( $n \times k$ ), denotado por  $\lambda = (\lambda_1, \lambda_2 \dots \lambda_n)$ , a chamada matriz de respostas;

$\psi_i$  = é a constante o modelo, às correlações da matriz do tipo ( $n \times k$ ), das constantes desconhecidas, denominadas de cargas fatorais, sendo fixos seus elementos com variância constante (SANTANA, 2005; PENA, 2011);

$F$  = é o fator, denotado por  $F = (f_1, f_2 \dots f_n)$ , sendo  $q < p$ ;



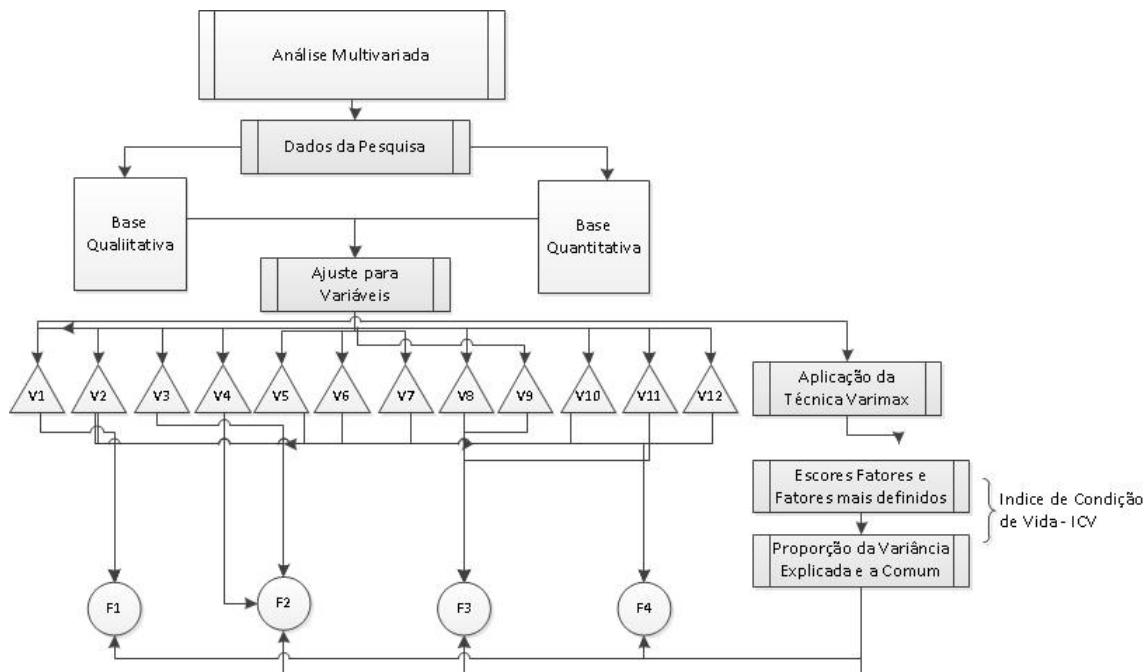
$e_i$  = significa o vetor de componentes residuais, denotado por  $\epsilon = (e_1, e_2, \dots, e_n)$  e assume-se a condição satisfatória do Modelo de Regressão Linear Clássico – MRLC com normalidade para o termo de erro e distribuído normal multivariada com média ou valor esperado zero  $E(\epsilon) = 0$  e matriz de covariância constante  $V(\epsilon) = \sigma^2 I$  (FUREI, 1993).

Outras hipóteses exigidas são, a não autocorrelação entre os erros  $cov(\epsilon_t, \epsilon_h) = 0, \forall (t \neq h)$ ; não existe colinearidade entre pares das variáveis explicativas, o que significa não admitir combinação linear exata, e as variáveis independentes são fixas e não correlacionadas com o termo de erro (CORRAR, 2009; PAULO, 2009; FILHO, 2009).

O fluxograma de ajuste dos dados revela em maior detalhe os procedimentos de combinar as abordagens qualitativas e quantitativas para este objeto de pesquisa. De acordo com Pena (2011) O método da análise fatorial suporta muito bem a contradição, e o desenho de métodos mistos foi apropriado porque o questionário da pesquisa será construído com perguntas correlacionadas, no entanto, sem análise de dependência definida, em que o destaque são as relações funcionais e não necessariamente de causas e efeitos sobre as variáveis escolhidas (figura 2).

O procedimento prossegue com ajustes nas variáveis mais associadas ao processo de medição dos aspectos amplos da condição de vida, e depois estimadas pelo modelo estatístico anunciado pela (equação 2). Para Pena (2011) O estabelecimento de parâmetros, exige maior isolamento dos fatores pela técnica de extração *Varimax* de forma ortogonal que objetiva, de imediato, definir com maior precisão os fatores subjacentes e estabelecer a variância explicada por cada fator em relação a variância comum da base de dados a ser pesquisada (figura 2).

Os resultados que serão apresentados fornecem o relacionamento identificado na estrutura de dados para a pesquisa, ou seja, a identificação de dimensões de variabilidade comum que podem sugerir fenômenos não observáveis diretamente e que estejam relacionados com a ampliação da discussão dos fatores de medição da condição de vida e do impacto social associados ao PNMPO (PENA, 2011).

**Figura 2: Tratamento dos dados e ajuste da análise multivariada**

Fonte: Autores (2023)

Nesse contexto, a modelagem dos dados apresentada na figura2), pode ampliar significativamente o contexto de entendimento do impacto social, buscando captar de forma ampla as transformações sociais e econômicas associadas a partir do PNMPO, o que representa ajuste no aspecto quantitativo das variáveis ( $v_1, v_2, v_3, v_4 \dots v_n$ ) e, consequentemente, no número de dimensões representativas desse impacto ( $F_1, F_2, F_3, F_4 \dots F_n$ ).

Os fatores latentes identificados pelo modelo de análise factorial foram combinados de forma linear, com o objetivo de descrever as relações funcionais que podem hierarquizar, comparar e analisar espacialmente os dados. A procedimento empregado foi a combinação entre os escores fatorais definidos após a aplicação da técnica *Varimax* associada de forma linear com o poder de explicação do fator latente e sua proporcionalidade de explicação da variância comum, denotando o seu peso de importância na explicação dos fenômenos observados sobre o impacto social do PNMPO (figura2).

### 3.3 MODELO DE ANÁLISE DO IMPACTO SOCIAL DO PNMPO

#### 3.3.1 Análise Agregada

O processo comparativo dos fatores e o poder de contribuição de suas respectivas variáveis integrantes desenham a combinação linear do Índice de Impacto Social do

Microcrédito Produtivo Orientado – MPOsocial. As modificações na realidade social das famílias sofrem influência de inúmeros fatores, e o desafio deste modelo de análise é ajustar os formulários, de modo que reflitam a percepção dos respondentes quanto ao impacto social que o PNMPO teve em suas vidas.

A necessidade de medir o impacto social ou alcance que o PNMPO obteve junto as atividades/empreendimentos informais, e até mesmo na vida dos clientes ativos representa uma avaliação de mérito/relevância das ações executadas pelo BASA e, se realizadas cumprindo as exigências estatísticas, garantem conclusões importantes quanto a continuidade, expansão, ajuste ou substituição de processos em curso (PENA, 2011).

A avaliação do conjunto das transformações na realidade dos clientes pelo PNMPO, constituiu o maior desafio do MPOsocial proposto nesta pesquisa, e sua obtenção técnica se faz utilizando a proporção da variância explicada de cada variável latente em relação a variância total, e posteriormente, dimensioná-la linearmente para determinar o peso dos escores fatorais associado a cada variável, a expressão matemática proposta para este fim, foi a seguinte:

$$MPOsocial_t = \sum_{j=1}^q \left[ \frac{\lambda_j}{\sum_j \lambda_j} (FP_{ij}) \right] \quad (4)$$

Em que:

$MPOsocial_t$  = Índice de Impacto Social do Microcrédito Produtivo Orientado;

$\lambda$  = É a variância explicada para cada fator;

$\sum \lambda$  = Corresponde a soma total da variância explicada pelo conjunto dos fatores;

$FP$  = Escore factorial padronizado;

O objetivo do MPOsocial é mesurar quantitativamente a realidade social impactada com o PNMPO e classificar o grau dessa intervenção/transformação social. Como leitura complementar ao conjunto de dados apresentados e estruturados pelo questionário de pesquisa foi possível correlacionar o índice espacialmente, efetuar cruzamentos com o perfil dos clientes ativos dentro do PNMPO e estabelecer causalidade com o conjunto de ações desenvolvidas pelo BASA como operador da política.

O critério para padronização fará uso da função crescimento para nivelar as escalas de comparação de 1 a 3, estabelecendo 21 níveis de classes, hierarquizados e classificados com

combinações apropriadas para as intensidades de vermelho (*Red*), verde (*Green*) e azul (*Blue*) para uma demanda de mapeamento das informações. A expressão correspondente a função crescimento é descrita pela equação:

$$Z = \beta * \sigma^x \quad (5)$$

Em que:

$Z$  = Corresponde à matriz de valores conhecidas, neste caso representada pelo MPOsocial médio estimado anteriormente;

$\beta$  = Valores estabelecidos na relação que correspondem a padronização dos índices de condição de vida, identificando o valor mínimo, a média da série e valor máximo da base compreendida;

$\sigma$  = variáveis em formato de valores a serem definidos, neste caso [1,2,3] para os quais a função fará a previsão exponencial e retornará novos valores para  $Z$ .

Para a melhor compreensão do MPOsocial no contexto de avaliação do impacto social do PNMP, apresenta-se abaixo uma escala de 21 níveis hierárquicos de dimensionamento e classificação, segundo a percepção dos clientes ativos no BASA (tabela 1). A importância do impacto social cresce com o número e se apresenta da seguinte forma:

**Tabela 1 - Dimensionamento Hierárquico atribuído ao Índice MPOsocial (1 a 3)**

Índice	Intervalo admitido	Classificação	Grau de Importância
MPOsocial	1 – 1,1 – 1,2 – 1,3 – 1,4	Baixo	Avaliação das dimensões fatorais associadas ao PNMP
	1,5 – 1,6 – 1,7 – 1,8 – 1,9	Médio	
	2,0 – 2,1 – 2,2 – 2,3 – 2,4 – 2,5	Alto	
	2,6 – 2,7 – 2,8 – 2,9 – 3,0	Elevado	

Fonte: Elaboração dos autores (2023)

Os níveis de classe representam a base da classificação qualitativa do MPOsocial, na medida em que posiciona, segundo a percepção dos clientes, as condições atuais e contextualizada do impacto da política de microcrédito na vida pessoal e de seus empreendimentos. O MPOsocial dimensiona a complexidade de inúmeros componentes que

estão por trás de uma política de intervenção (microcrédito), e de forma alguma representa uma tentativa de simplificação da realidade, mas ao contrário, é resultado de interação de diversas variáveis com potencial ou não de correlações, mas que foram dimensionadas na pesquisa.

O MPOsocial apresenta uma escala de classificação baseada na percepção dos clientes ativos, o que significa que a melhor compreensão do índice deve ser avaliada em conjunto com os entes (equipes técnicas), na medida em que a melhor compreensão da realidade está associada ao entendimento e nitidez acerca dos processos. O que significa identificar as atividades que foram adotadas, executadas no percurso do PNMPO, admitindo-se por hipótese que a realidade social tem inúmeras influências que foram dimensionadas na pesquisa, mas ainda existe um termo aleatório que não é contemplado pelo modelo e que, por isso, necessita de uma ampla discussão técnica para associação.

O modelo de análise apresenta um **intervalo de admissão** que está associado aos scores fatores das correlações das variáveis apresentadas, assim como o seu grau de associação e importância no conjunto dos dados (associação/interdependência), está referência é estimada, e por isso de ordem quantitativa do modelo empregado (está associado a percepção dos entrevistados).

A **classificação** em 4 níveis de impacto social (Baixo, Médio, Alto e Elevado) é correspondente e definida qualitativamente, representando níveis hierárquicos de alcance social, e devendo ser analisada conjuntamente com a variável **Grau de Importância**, que está contextualizada com a análise dos fatores mais importantes do modelo fatorial empregado.

### 3.3.2 Análise Desagregada

Representa uma etapa da avaliação dos impactos associados ao MPOsocial, porém com a possibilidade de maior detalhamento e correlação com as transformações sociais dos beneficiados, e para a qual se possui menor governabilidade, sendo, contudo, identificadas segundo a percepção do público-alvo do Programa Amazônia Florescer Urbano. Nesta etapa, serão estimados indicadores de perfil, de avaliação e de impacto social, a partir dos fatores subjacentes já identificados.

A análise desagregada qualifica melhor as transformações sociais, a partir do entendimento do perfil e padrão dos respondentes (clientes ativos), da identificação dos

resultados alcançados pelo programa abordado e da correlação estabelecida com as dimensões fatoriais e suas relações de interdependência que foram estimadas na seção anterior.

Os **indicadores de Perfil** podem ser definidos e estratificados para uma avaliação de curto, médio e longo prazos, a partir da base de dados do MPO digital. As particularidades associadas a este público ajudam a compreender casos de sucesso e identificar padrões observáveis pelos assessores de crédito do BASA, entre eles: a atividade econômica do microempreendedor informal; o tempo que está na atividade; a faixa etária da informalidade; a prevalência do gênero dos clientes; a localidade de funcionamento do negócio; grau de instrução; valor financiado, entre outros.

Os **indicadores de Resultado** estão associados ao desempenho do Programa avaliado, suas metas definidas (estimadas e realizadas) e as atividades executadas. Estes são os aspectos operacionais que ajudam a compreender o alcance em determinado período. O resultado como indicador está ligado a um conjunto de ações e atividades que estão sob um determinado gerenciamento (governança), e seu alcance pode ser programado, monitorado e estimulado, como resultado associado ao Amazônia Florescer Urbano. Podemos destacar: o número de beneficiados; número de renovações de empréstimos; total de valores disponibilizados com o programa, número e diversidade de atividades alcançadas com as ações; entre outros.

Os **indicadores de Impacto** também apresentam ligações diretas com as ações e atividades programadas e executadas no âmbito do Programa, mas se diferenciam dos resultados na medida em que promovem transformações no público-alvo que, para este relatório, serão avaliadas segundo percepção dos clientes entrevistados, neste caso 613 abordagens.

Os impactos aqui tratados e estimados são de natureza social e podem ser classificados como diretos e indiretos. Esta classificação é importante na análise porque o Programa Amazônia Florescer Urbano atua com o diferencial de microcrédito produtivo com orientação financeira. Dentro do programa, podemos destacar: melhoria de renda familiar depois de virar cliente do BASA; expansão da sua atividade na comparação (antes e depois) do microcrédito; elevação do consumo familiar em R\$; abriu vaga para contratação no negócio; entre outros.

Os indicadores (**perfil, resultado e de impacto**), estão associados aos questionários que foram aplicados na pesquisa de avaliação social na seção **ajuste dos dados**, e seguem um formato que extrai informações já respondidas segundo a percepção dos beneficiados. Cada

indicador terá associado a ele (1) uma ou mais perguntas também denominadas de vetores, e uma estrutura alternativa de identificação proposta conforme modelo (tabela 2).

**Tabela 2 - Dimensionamento Hierárquico atribuído ao Índice de Impacto Social**

Indicadores	Integração com o formulário - Pergunta (vetor)	Unidade de medida	Fonte de Verificação	Data de Início da Pesquisa	Data de fim da Pesquisa	Periodicidade
Perfil						
Resultado						
Impacto						

Fonte: Elaboração dos autores (2023).

Outro aspecto da estrutura é a definição da unidade de medida do indicador. Normalmente cada indicador responde melhor a sua própria unidade, e devendo ser observado e, quando for o caso, customizado no âmbito da avaliação pretendida, permitindo comparações entre variáveis diferentes. A fonte de verificação pode ser a do próprio MPO –Digital (dependendo do indicador), é possível estabelecer correlações com outras pesquisas e fontes oficiais de divulgação (base secundária) ou a pesquisa de campo aplicada pelo assessor, que garante um excelente nível de verificação.

Em momento futuro, o BASA padronizará o esforço de avaliação para um horizonte anual, o que irá permitir comparações importantes de contexto do Programa. A data-fim da pesquisa, não está associada a um encerramento do programa, mas ao estabelecimento da periodicidade de comparação pretendida. E, por último, a periodicidade da pesquisa aqui desenvolvida, na perspectiva de avaliação de impacto social, terá um resgate de resposta que induza a percepção dos entrevistados para uma reflexão *ex-ante*, ou seja, uma reflexão das condições antes de vincular o seu negócio ao Programa Amazônia Florescer Urbano.

A integração com o formulário de pesquisa também irá relacionar a percepção dos beneficiados do programa no momento *ex-post*, cujo escopo está associado a identificar o processo de transformação/impacto social ligado à adesão, na tentativa de “isolar” seus efeitos, segundo a percepção dos entrevistados.



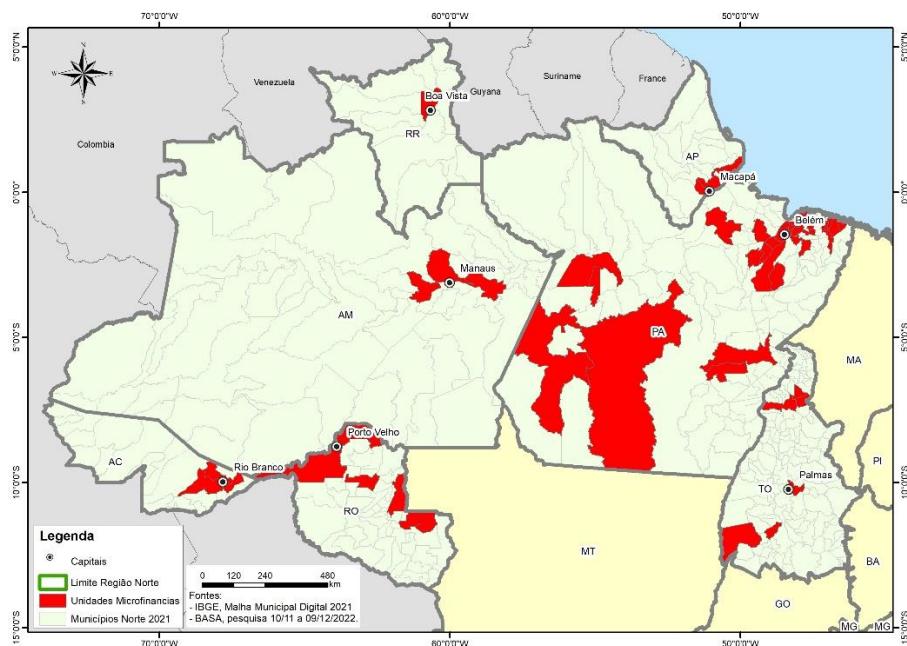
#### 4. RESULTADOS DA PESQUISA

Nesta seção, são apresentados os resultados preliminares da pesquisa de campo, no seu levantamento primário. Do ponto de vista estatístico foi admitido um erro amostral máximo de ( $\epsilon = 5,0\%$ ), e um nível de confiança de ( $Z=95,0\%$ ), ou seja, apenas 5,0% dos resultados auferidos nesta pesquisa não representarem a realidade sobre o impacto social do PNMPO. A variância padrão da amostra para um universo da população de 44.338 clientes ativos do BASA na linha de microcrédito, com definição de público específico para renovação de crédito, e por isso, com potencial de avaliar sua experiência até o momento.

O tamanho exato da amostra observando os valores críticos e estatísticos associados ao grau de confiança estabelecido, de acordo com a estratificação apresentada na metodologia foi de ( $n= 613$ ), beneficiados do PNMPO. Quanto a área de estudo planejada pela estratificação regional de atuação do BASA e número de clientes ativos, com agências especializadas em microempreendimentos, o universo da pesquisa ficou assim definido:

- 44.338 (quarenta mil) clientes ativos do BASA por meio do PNMPO até o momento da definição temporal do estudo que teve início em 10 de novembro de 2022 com aplicação do último questionário em 09 de dezembro de 2022;
- 7 (sete) Estados da Região Norte, ou seja, Amapá, Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia, Pará e Tocantins (figura 3);
- Escritórios de microfinanças e apoio aos empreendimentos em todas as capitais dos Estados da Região Norte e área de interesse e expansão do microcrédito urbano (figura 1);
- Forte atuação em, pelo menos, 28 municípios da Amazônia com escritórios ativos de microfinanças com auxílio e orientação a microempreendimentos (figura 3);
- 84 Municípios pesquisados com clientes ativos e distribuídos de acordo com o processo de estratificação regional adotado (figura 3);
- 131 assessores intermediando a concessão de crédito com orientação produtiva e auxílio de finanças (figura 3).

**Figura 3: Unidades de Microfinanças do Banco da Amazônia na Região Norte**



Fonte: Dados da Pesquisa (autores, 2023)

#### 4.1 INDICADORES DE PERFIL

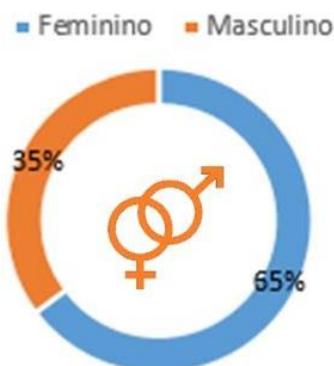
Foram entrevistados 613 clientes ativos no PNMPO do BASA em 84 municípios dos 7 (sete) Estados da Amazônia cobertos pelos escritórios de microfinanças do Banco da Amazônia (operador da PNMPO). Do público pesquisado, foi identificado o percentual de 87,60% com experiência de empreendedorismo acima de 3 anos, com início das atividades associado aos seguintes motivos: desemprego; indicação associada à vontade própria; complementação de renda familiar e a busca de melhoria das condições de vida, foram as respostas mais frequentes identificadas neste estudo. Esses motivos elencados corroboram com Constanzi (2002); pois, o microcrédito é uma forma de combater a exclusão e pobreza para microempreendedores de baixa renda.

##### 4.1.1 Gênero

Quanto ao gênero observado, predominam as mulheres no acesso ao crédito do PNMPO do BASA, indicando um predomínio na categoria do microcrédito e, deste público, 60% já possui experiência acima de 6 anos em empreender; são agentes econômicos que são “solteiras nunca casadas” destacando-se, ainda 2 (duas) faixas etárias importantes neste segmento de crédito: a primeira que, a partir dos 25 até os 44 anos, buscaram acesso a crédito em

seus empreendimentos informais (47,3%). A segunda, variando entre 18 a 24 anos de idade , para qual o acesso ao programa restringiu-se a 3,7%. Outro aspecto revelado pelo estudo é que as “solteiras nunca casadas ” apresentam um quantitativo maior no número de filhos, em relação aos demais, ou seja, 51,0% a mais que as demais faixas de beneficiários. Isso reforça o papel das mulheres no empreendedorismo e o quanto é relevante o programa de crédito, vislumbrar novas perspectivas para o seu negócio.

**Figura 4: Gênero dos entrevistados - Resultados da Pesquisa**



Fonte: Elaboração dos autores (2023).

O perfil de gênero da pesquisa se assemelha a resultados identificados por outros bancos, que também apontam as mulheres como a maioria no acesso ao segmento de microcrédito (TRENTINI, 2015), (GONZALEZ et al, 2009) e (COSTA, 2010). A pesquisa BASA/UEPA identificou no público feminino solteiro, que 30,0% da motivação pelo empreendimento informal se dá pela “falta de trabalho formal” e 60,7% deste do mesmo público respondeu que entrou na informalidade motivado por “vontade própria de empreender”.

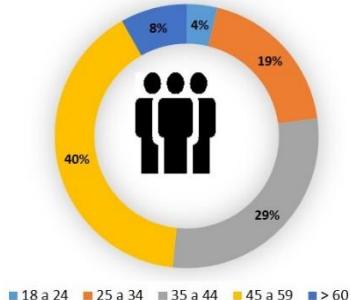
Quanto ao público masculino, apenas 35,0% faz uso do microcrédito. 48,0% dos clientes encontram-se na faixa etária entre 25 e 44 anos de idade, e neste recorte, os motivos da busca pela atividade informal respondem por 25,0% dos clientes entrevistados e 75,0% da motivação associada estaria ligada à “vontade própria de empreender”.

#### 4.1.2 Faixa Etária

A faixa etária é uma variável importante para avaliação do alcance do benefício social gerado pelo microcrédito. O estudo mostra que, a faixa etária entre 45 e 59 anos apresenta o maior percentual de beneficiários, entretanto, o programa consegue adentrar no

segmento de empreendedores jovens, apesar do percentual ser pequeno em relação às demais faixas etárias (figura 5).

**Figura 5: Faixa etária dos entrevistados - Resultados da Pesquisa**



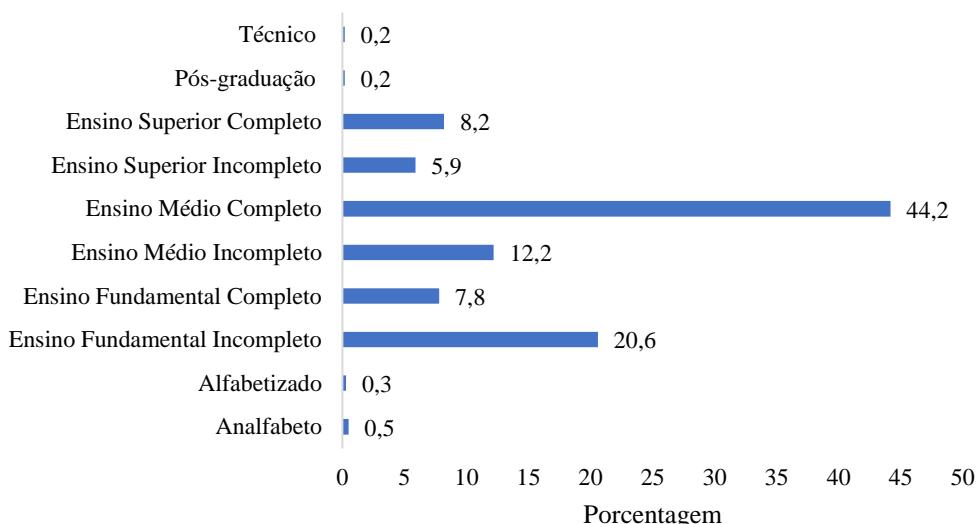
Fonte: Elaboração dos autores (2023).

Dentre os beneficiários que formalizaram o seu negócio após adesão ao programa Amazônia Florescer, a faixa etária compreendida entre 35 e 59 anos apresenta o percentual de 69,7%. Deste modo, podemos afirmar que, após a adesão ao programa, os clientes tendem a formalizar, pois, os níveis de retorno justificam continuar empreendendo e, consequentemente, expandido o seu negócio.

#### 4.1.3 Escolaridade

O Gráfico 1, apresenta a distribuição dos clientes ativos no PNMPO do BASA por escolaridade, neste estudo 44,2% pertencem ao Ensino Médio Completo.

**Gráfico 1: Escolaridade dos entrevistados - Resultados da Pesquisa**



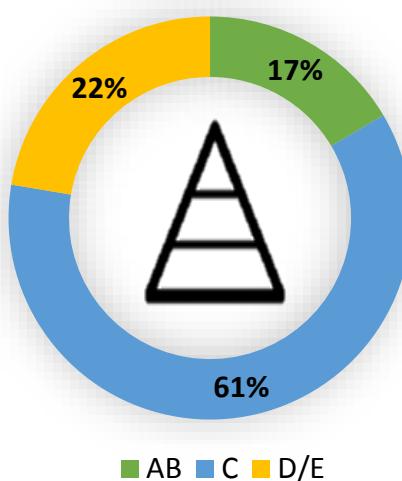
Fonte: Elaboração dos autores (2023).

Com relação ao grau de importância do microcrédito para o seu negócio cerca de 84,4% dos que tem escolaridade Ensino Médio Completo e Incompleto atribuíram nota máxima. Deste modo, a análise revela que o microcrédito está impactando positivamente na vida dos empreendedores deste grau de instrução. Pois, 56,3% destes são empreendedores há mais de 6 anos (Gráfico 1).

#### 4.1.4 Classe Social

O estudo baseado nas classes sociais revelou que, a mudança na receita do negócio após adesão ao programa Amazônia Florescer foi de 53,5% para a categoria **Boa melhora**, e 37,7% para a categoria **Excelente melhora**. Quando a análise é baseada na Classe C, os percentuais para as categorias **Boa melhora** e, **Excelente melhora** são respectivamente, 55,6% e 34,4%. Portanto, o estudo mostra que o programa de microcrédito está possibilitando mudança na receita dos negócios significativamente (Figura 6).

**Figura 6: Classe Social - Resultados da Pesquisa**



Fonte: Elaboração dos autores (2023).

Com relação a Classe social dos clientes ativos no PNMPO do BASA o estudo apresenta as seguintes informações, para a Classe C: 63,0% declararam ser pardos, enquanto na Classe AB os pardos correspondem a 14,0% e na Classe D/E 23,0% se consideram pardos. Ressalta-se que 71,0% dos entrevistados, independentemente da raça, revelaram não ter outra atividade remunerada. Pode-se afirmar que o negócio apresenta retorno satisfatório. Com

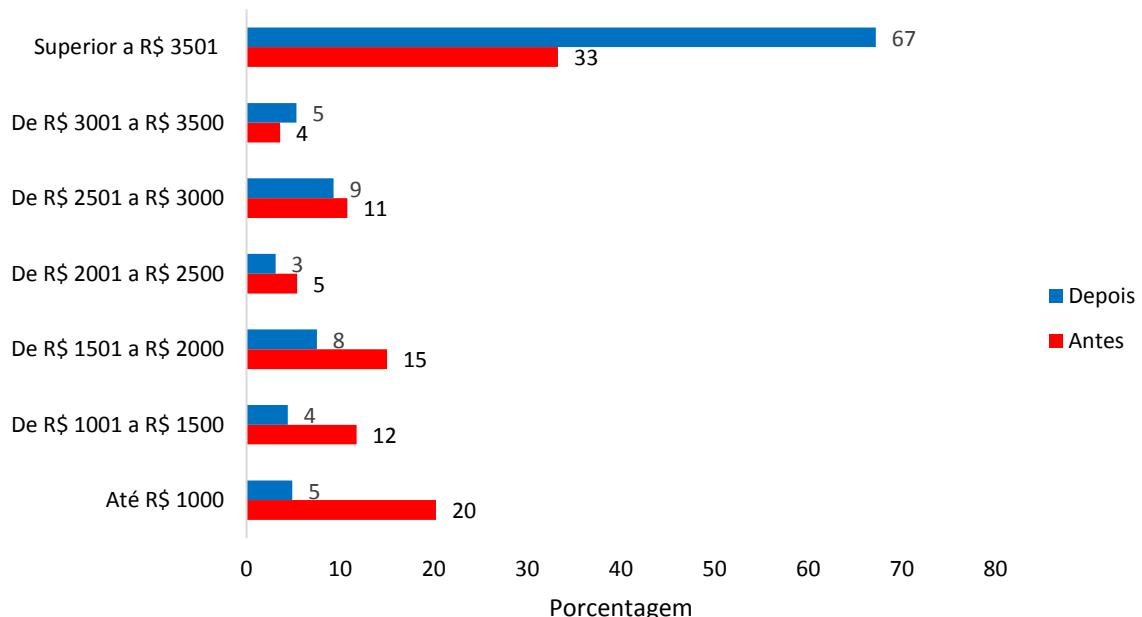
relação a formalização do negócio MEI 19% pertencem a Classe AB, 65,0% pertencem a Classe C, e o percentual deste negócio na Classe D/E é 16%, números reforçadores de que o negócio oferece retorno (Figura 6).

Outro ponto que se destaca é local onde funciona o negócio. Em ambas as classes, os maiores percentuais são referentes a residência e/ou ponto próprio, Classe AB 66,3%; Classe C 60,9% e Classe D/E 51,82%. Um aspecto para destacar é que 12,2% dos que pertencem a Classe C não tem água encanada, já o percentual para a Classe D/E é de 40,8%. Em se tratando de localização em rua não pavimentada, para a Classe C o percentual é de 14,4% e para Classe D/E é 41,0%. Fica evidente, portanto, a criticidade relacionada aos itens de saneamento básico pesquisados. Dessa forma, o programa de microcrédito atua de forma a contribuir com a melhoria na qualidade de vida do seu beneficiário.

#### **4.1.5 Aspecto Renda e Receita**

Ao se observar a Renda Familiar total e a Receita do Negócio dos clientes ativos no PNMPO, antes e depois da adesão (Gráficos 2 e 3), é possível verificar que, após a adesão ao programa Amazônia Florescer, tanto a Renda Familiar total, quanto Receita do Negócio - na maioria dos casos- aumentaram de forma significativa.

**Gráfico 2: Renda Familiar total antes de depois da adesão ao programa Amazônia Florescer**

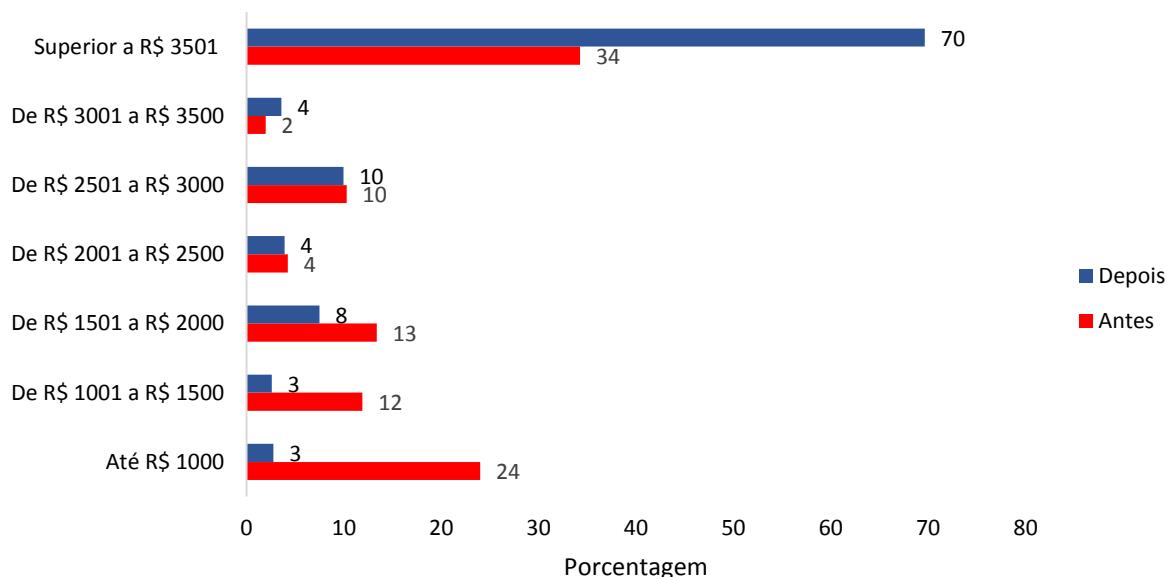


Fonte: Elaboração dos autores (2023)

Dentre os beneficiários que apresentam renda familiar total superior a R\$ 3.501 o percentual era de 33,0% antes da adesão ao programa e, após a adesão, o percentual subiu para 67,0%. Deste modo, é possível verificar que após a adesão ao programa, a Renda familiar total aumentou consideravelmente (Figura 2).

Com relação aos beneficiários com renda familiar total até R\$ 1.000. Antes da adesão, o percentual era de 20,0% e após a adesão, o percentual diminuiu para 5,0%, isto é, grande parte desses clientes aumentaram sua renda para um intervalo superior ao que pertenciam corroborando para o sucesso do programa, pois, os objetivos dos clientes estão sendo alcançados (Figura 2).

**Gráfico 3: Receita do negócio antes de depois da adesão ao programa Amazônia Florescer**



Fonte: Elaboração dos autores (2023)

Analizando a Receita do negócio antes e depois da adesão ao programa. 34,0% dos beneficiários possuíam renda superior a R\$ 3.501 antes da adesão, e após a adesão o percentual subiu para 70,0%. Deste modo, é possível verificar que a adesão ao programa garantiu aumento na Receita dos empreendimentos dos clientes (Grafico 3).

Dentre aqueles que cuja receita era de até R\$ 1000: antes da adesao ao programa o percentual era de 24,0% e após a adesão, o percentual caiu para 3,0%. Conclui-se, assim, que houve incremento da receita do beneficiário, ratificando que o programa está atingindo seu objetivo (Grafico 3).

O estudo mostra que apenas 28,5% receberam alguma orientação financeira para administrar o negócio antes da adesão ao Amazônia Florescer, entretanto, essa taxa aumenta

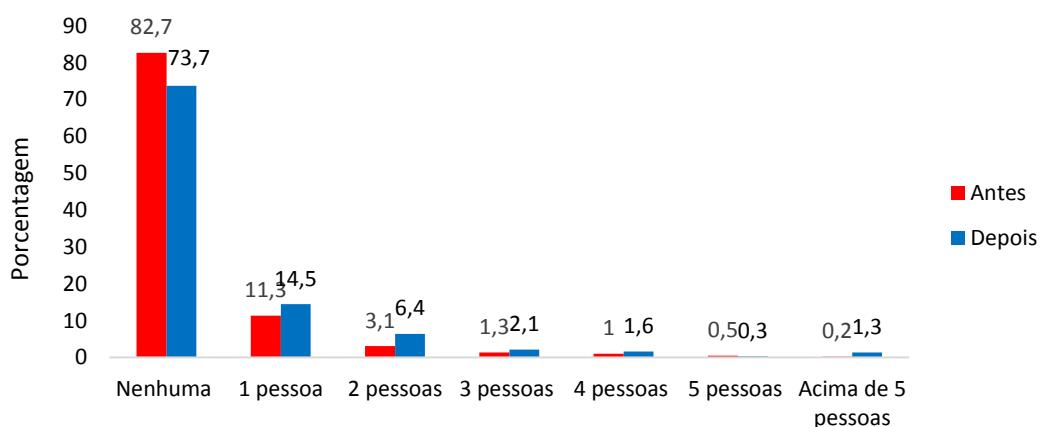
para 61,8% após a adesão ao programa. Trata-se de um forte indicativo de que o programa está fazendo a diferença na vida dos que aderiram.

Analisando a pergunta: Qual a importância da orientação financeira para administrar o seu negócio, cerca de 71,0% atribuíram relevância máxima a esse quesito. E com relação a pergunta: Qual a importância do microcrédito para o seu negócio, o percentual de relevância máxima foi de 84,3%. Mais uma vez os dados enfatizam que o programa está beneficiando os clientes.

#### 4.1.6 Aspecto Ocupação

A análise dos dados mostra que após a adesão ao programa de microcrédito, há um aumento no número de funcionários contratados. O intervalo mais significativo refere-se à contratação de 1 a 4 pessoas (Grafico 4).

**Gráfico 4: Número de pessoas contratadas antes e depois da adesão ao programa Amazônia Florescer**



Fonte: Elaboração dos autores (2022)

Com relação a participação de membros da família como funcionário no negócio, o estudo revela um crescimento percentual de 68,9%, registrando a importante participação da mão de obra familiar, para incremento do negócio. (Gráfico 4).

#### 4.2 INDICADORES DE RESULTADO

A análise estatística da pesquisa destaca que as 39 variáveis apresentaram uma correlação média acima de 0,7 refletindo um bom indicador de communalidades e interdependência para a análise pretendida no estudo, combinados com p-test próximos de zero satisfazem o diagnóstico de obtenção de uma boa Análise Fatorial – AF, como técnica escolhida para avaliar o impacto social do PNMPO.

A validação geral do modelo de aplicação da AF a partir da base de dados de campo foi confirmada com o teste mais específico de *Kaiser-Meyer-Olkin* – MKO, que nesta análise de interdependência apresentou resultado de ( $KMO = 0.909$ ), bem acima de um KMO da ordem de 0,5 exigência mínima para validação dos dados originais, e esferocidade com ( $p\text{-valor} = 0,0001$ ) de significância.

#### 4.2.1 Os Fatores Extraídos da Pesquisa

O modelo de raiz latente foi empregado para definir os fatores subjacentes que explicam a análise de interdependência associada a percepção dos clientes do PNMPO, e rotação convergida em 7 iterações. O modelo inicial utilizou 65 variáveis para 613 casos obedecendo a base completa dos questionários aplicados pelos assessores de crédito nos 7 (sete) Estados da Região Norte, posteriormente, em função do poder de explicação, o modelo sofreu 2 ajustes, sendo finalizado com 39 variáveis para 613 casos.

As variáveis selecionadas em número de 39 foram as mais representativas e que apresentaram maior grau de associações. Estas correlações são exigidas dentro do método empregado da análise multivariada para melhor eficiência e interpretação da técnica, e para identificar os fatores subjacentes associados a percepção dos impactos sociais do Programa Amazônia Florescer Urbana – AMAZÔNIA FLORESCER segundo os clientes.

Após aplicação da AF pelo método dos componentes principais foram extraídos 10 fatores latentes que responderam por 72,9% da variância total, atestando elevada eficiência em resposta as percepções sociais dos clientes do PNMPO, todas as variáveis apresentam associações de interdependência de mesmo sentido, ou seja, sinais positivos indicando mesma contribuição na percepção dos clientes quanto a análise do impacto social (tabela 3).

Conforme o número de componentes aumenta na representação da interdependência ocorre uma queda no poder de explicação dos fatores. Esta tendência de declive é conhecida como *scree plot*, e apresenta representação gráfica de igual maneira. Assim como, o autovalor diminui com o aumento da quantidade de fatores representativos da base de dados, a variância explicada apresenta comportamento semelhante, enquanto o Fator - **Negócios e Finanças Pessoais** responde sozinho por 27,5% da variância total, o Fator – **Situação antes do Programa** consegue explicar apenas 2,6% da variância (tabela 3).

O primeiro fator, denominado de **Negócios e Finanças Pessoais**, apresentou o maior poder de explicação e a maior quantidade de componentes do modelo, correspondendo a

27,5% e suas variáveis integrantes destacam o poder de impacto do microcrédito nos negócios dos clientes e na vida familiar com destaques para 2 (dois) grupos. O primeiro associado as variáveis: organização das finanças pessoais; ampliação da cesta de consumo; melhorias na condição do domicílio particular; melhorias na alimentação e compras de novos itens. O segundo relacionado diretamente com os empreendimentos com composição das seguintes variáveis: crescimento dos negócios; conhecimento melhor do mercado; aumento das vendas, faturamento e lucro; acesso a novos clientes e formação de estoques (tabela3).

**Tabela 3: Dimensões fatorais observáveis da pesquisa e grau de correlação das variáveis do Modelo Multivariado**

1. Variáveis do Modelo	2. FATOES LATENTES											3. COMUNALIDADES
	NEGÓCIO E FINANÇAS PESSOAS	CONSUMO DE BENS E SERVIÇOS	RENDA FAMILIAR	EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO	IMPORÂNCIA DO NEGÓCIO NA RENDA	IMPACTO DO MICROCRÉDITO	IMPACTO NA OCUPAÇÃO	AMPLIAÇÃO DE CRÉDITO	ACESSO AO MICROCRÉDITO	SITUAÇÃO ANTES DO PROGRAMA		
Contratou ANTES da adesão ao Programa AF?	0,052	-0,032	0,000	-0,028	-0,012	-0,028	<b>0,864</b>	0,001	-0,030	0,085	0,760	
Contratou DEPOIS da adesão ao Programa AF?	0,025	0,137	0,038	0,189	0,078	-0,032	<b>0,798</b>	0,019	0,079	-0,087	0,714	
Receita do seu negócio depois do Programa AF?	0,223	0,173	0,010	<b>0,747</b>	-0,089	0,123	0,011	0,073	-0,036	-0,064	0,672	
ANTES captação recursos de microcrédito?	-0,070	-0,023	-0,045	-0,099	-0,043	0,099	0,034	<b>0,800</b>	-0,058	0,085	0,680	
DEPOIS conseguiu captar recursos de microcrédito?	-0,021	0,162	0,067	0,099	0,073	-0,094	-0,018	<b>0,790</b>	0,025	-0,051	0,682	
Importância do microcrédito para o seu negócio?	0,313	0,070	-0,051	0,085	0,013	<b>0,786</b>	-0,037	-0,062	0,175	-0,064	0,770	
Renda domiciliar total no mês, ANTES ao Programa AF?	-0,052	-0,041	<b>0,914</b>	-0,003	-0,008	-0,019	0,039	0,044	-0,005	0,007	0,844	
Renda domiciliar total no mês, DEPOIS do Programa AF?	-0,043	-0,013	<b>0,966</b>	0,059	0,004	-0,007	0,014	0,027	0,000	0,001	0,940	
DEPOIS do AF, a renda total da família	0,149	0,185	0,024	<b>0,801</b>	0,016	0,073	0,052	0,030	0,033	-0,063	0,713	
Conta bancária ANTES da adesão ao	-0,011	-0,061	-0,059	-0,097	0,108	<b>0,472</b>	0,083	0,186	-0,332	0,452	0,608	
Qual a participação do seu negócio na renda domiciliar, ANTES	0,004	0,012	-0,110	-0,076	<b>0,898</b>	0,009	0,061	0,026	0,083	0,056	0,839	
Qual a participação do seu negócio na renda domiciliar, DEPOIS	0,104	0,162	0,097	0,110	<b>0,889</b>	0,011	0,002	0,003	0,012	-0,066	0,854	
Quanto era o gasto com alimentação, ANTES do Programa AF?	-0,068	-0,035	<b>0,889</b>	-0,007	-0,006	-0,025	0,000	-0,012	0,033	-0,008	0,798	
Quanto era o gasto com alimentação, DEPOIS do Programa AF?	-0,006	-0,056	<b>0,962</b>	0,017	-0,002	-0,032	0,001	-0,020	0,028	-0,037	0,932	
Renda total da família, para as despesas com alimentação ANTES, a renda da família, permitia que você passasse o mês	-0,007	-0,045	<b>0,952</b>	0,008	-0,010	-0,029	-0,012	-0,018	0,015	-0,031	0,911	
DEPOIS, a renda da família, permitia que você passasse o mês	-0,093	0,025	-0,037	0,015	-0,034	-0,096	-0,017	0,002	0,132	<b>0,881</b>	0,816	
DEPOIS da adesão ao Programa AF, seus gastos com alimentação?	0,226	0,191	-0,012	<b>0,652</b>	0,060	-0,154	0,083	-0,048	0,063	0,293	0,640	
A importância do Programa AF para o seu negócio?	0,210	0,273	0,036	<b>0,663</b>	0,050	0,040	0,058	-0,074	0,121	0,054	0,590	
Acesso ao Microcrédito do Programa Amazônia Florescer?	0,322	0,101	-0,048	0,132	-0,026	<b>0,779</b>	-0,075	0,020	0,167	-0,083	0,782	
Impacto do microcrédito [Organizou suas finanças pessoais]	0,049	-0,039	0,055	0,037	0,057	0,045	-0,019	0,033	<b>0,766</b>	0,041	0,603	
Impacto do microcrédito [Permitiu o crescimento seu negócio]	<b>0,797</b>	0,204	-0,045	0,147	-0,032	0,065	0,059	0,027	0,120	-0,008	0,724	
Impacto do microcrédito [Ampliou sua cesta de consumo]	<b>0,873</b>	0,143	-0,059	0,108	0,018	0,081	-0,003	-0,007	0,048	0,023	0,808	
Impacto do microcrédito [Trouxe mais conhecimento sobre o mercado]	<b>0,805</b>	0,246	-0,045	0,112	0,045	0,085	0,035	-0,014	0,035	-0,015	0,735	
Impacto do microcrédito [Melhorou sua condição de domicílio]	<b>0,820</b>	0,186	-0,049	0,145	-0,037	0,083	0,061	-0,021	0,050	-0,053	0,749	
Impacto do microcrédito [Aumentou seu lucro]	<b>0,606</b>	0,388	0,036	0,248	0,072	0,000	0,043	0,011	0,024	-0,018	0,589	
Impacto do microcrédito [Aumentou seu faturamento]	<b>0,900</b>	0,145	-0,018	0,127	0,043	0,096	-0,031	-0,035	0,035	-0,016	0,863	
Impacto do microcrédito [Aumentou suas vendas]	<b>0,911</b>	0,126	-0,023	0,113	0,034	0,114	-0,013	-0,025	0,011	-0,016	0,874	
Impacto do microcrédito [Aumentou novos clientes e formação de estoques]	<b>0,910</b>	0,126	-0,010	0,106	0,033	0,097	0,002	-0,022	-0,003	-0,008	0,865	
Melhoria da sua condição de vida?	<b>0,880</b>	0,162	0,009	0,096	0,003	0,066	0,026	-0,024	0,050	-0,017	0,819	
Financiamento junto ao Programa?	0,162	0,268	0,021	<b>0,692</b>	0,021	0,055	0,008	-0,018	0,074	-0,100	0,597	
Categorias de gasto [Alimentação: compra de novos itens, etc.]	0,134	0,071	-0,005	0,100	0,032	0,139	0,067	-0,057	<b>0,642</b>	0,041	0,475	
Categorias de gasto [Lazer: viagens com família, etc.]	<b>0,523</b>	0,496	-0,064	0,180	0,106	0,105	-0,041	-0,165	0,026	-0,068	0,613	
Categorias de gasto [Acesso a serviços de saúde privado]	0,216	<b>0,734</b>	-0,016	0,206	0,022	0,075	0,056	0,014	0,035	0,031	0,641	
Categorias de gasto [Aquisição de Bens Duráveis]	0,205	<b>0,789</b>	0,001	0,136	-0,011	0,023	0,046	-0,025	0,052	-0,016	0,690	
Categorias de gasto [Aquisição de Imóveis, Terreno]	0,247	<b>0,797</b>	-0,023	0,112	0,051	0,017	0,049	0,000	0,004	-0,003	0,715	
Categorias de gasto [Reformas em residências, etc.]	0,090	<b>0,810</b>	-0,033	0,142	0,023	-0,062	0,032	0,133	0,013	-0,043	0,711	
Categorias de gasto [Investimentos pessoas: (poupança)]	0,168	<b>0,777</b>	-0,009	0,171	0,088	-0,044	0,078	0,042	-0,041	0,006	0,680	
Categorias de gasto [Pagamento de dívidas]	0,130	<b>0,749</b>	-0,043	0,180	-0,013	0,035	-0,075	0,041	0,028	0,021	0,622	
<b>Autor - Valor</b>	10,754	4,490	3,360	1,872	1,688	1,520	1,436	1,209	1,113	1,014	28,456	
<b>Variancia Explicada</b>	27,573	11,513	8,816	4,800	4,328	3,898	3,681	3,099	2,853	2,601	72,963	
<b>Legenda</b>												

1. Ajuste do Modelo com 39 Variáveis

2. Nomeação dos Fatores

3. Matriz de Correlações

Fonte: Dados da Pesquisa – MPO (autores, 2023).

O segundo fator, foi denominado de **Consumo de Bens e Serviços** e responde por mais de 11,0% da variância total e apresenta 7 (sete) variáveis que dimensionam crescimento, a saber: serviços de saúde; serviços de lazer e viagens; aquisição de bens duráveis; aquisição



de terrenos/imóveis; reformas residenciais; crescimento dos investimentos pessoais e maior quitação de dívidas (tabela3).

O fator **Renda Familiar**, responde por 8,6% das interações do modelo de impacto social da PNMPO e reúne as seguintes variáveis: renda familiar antes e depois de se tornar cliente do PNMPO; gasto com alimentação antes e depois do PNMPO e a renda que atendesse de forma ótima as despesas com alimentação. As variáveis contextualizam a situação antes e depois do PNMPO na vida dos clientes, e identificam as maiores cargas fatoriais para as variáveis (renda e gasto com alimentação depois do PNMPO), com sinais positivos indicam contribuições de mesmo sentido no impacto social do programa (tabela3).

O quarto fator denominado de **Equilíbrio Orçamentário** teve um peso de 4,8% na contribuição do modelo, e na percepção dos clientes as variáveis de maior impacto foram: a receita do negócio **depois** do PNMPO; a renda total da família **depois** do PNMPO; a sustentação da renda durante todo o mês **depois** do PNMPO; os gastos com alimentação durante todo o mês **depois** do PNMPO e a percepção da melhoria na condição de vida. Os sinais positivos de todos os *escores* fatoriais indicam análise e contribuição de mesmo sentido das variáveis sobre o impacto social identificado pelos clientes (tabela3).

A **Importância do Negócio na Renda** aparece como o quinto fator mais importante na percepção dos clientes com contribuição de 4,3% numa análise de contexto que agregam 2 (duas) variáveis que demonstram o grau quantitativo de importância do **negócio** na composição da renda da família antes e depois do PNMPO. O sexto fator em importância na contribuição do modelo explica 3,9% da variância total e foi denominado como **Impacto do Microcrédito** e reúne 3 (três) variáveis que contextualizam o impacto do Programa segundo a percepção dos clientes, e são dimensionadas como: a importância do PNMPO; o processo de abertura de conta corrente junto ao sistema e a importância do microcrédito para o negócio empreendido pelo cliente (tabela3).

O sétimo fator denominado de **Impacto na Ocupação** sinaliza o contexto de ampliação e importância do negócio em gerar ocupações diretas, formais ou não, associado ao empreendimento, o fator contribui com 3,6% na variância total e analisa 2 variáveis de contexto de crescimento de ocupações no negócio no período identificado como **antes** e **depois** do PNMPO. Na sequência, o fator **Ampliação de Crédito** responde por apenas 2,8% da variância total do modelo e avalia o contexto de captação de crédito para o negócio em

outras instituições nas situações distintas e contextualizadas de antes e depois do PNMPO (tabela3).

O penúltimo fator, denominado de **Acesso ao Crédito** apresenta contribuição de 2,6% da variância total do modelo é composto por 2 (duas) variáveis analisadas junto a percepção dos clientes: avaliação do acesso ao crédito junto ao PNMPO e as condições de pagamento do financiamento do programa. As variáveis analisadas são fundamentais para ampliação do PNMPO na região, e apresentam mesmo sinal indicando que contribuem de maneira positiva no impacto social exercido pelo programa (tabela3).

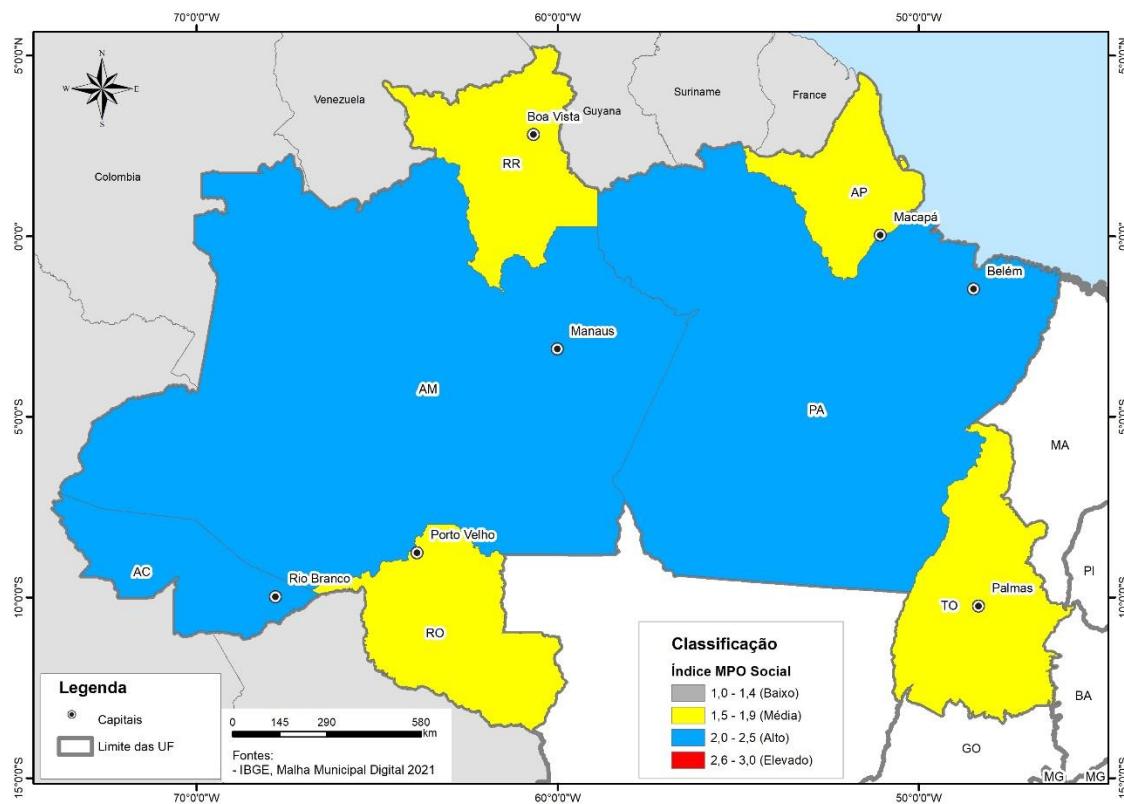
O último fator, denominado de **Situação Antes do Programa** apresenta uma contribuição de 2,6% de resposta ao modelo de impacto social, e contextualiza um cenário de percepção dos clientes numa avaliação de suas rendas para arcar com as despesas durante todo o mês, um fator de variável única, com forte *escore* fatorial e comportamento isolado dentro do modelo, indicando que a inclusão junto ao PNMPO alterou significativamente essa realidade social dos clientes.

#### **4.2.2 O Índice de Impacto Social do Programa de Microcrédito Produtivo Orientando: Amazônia Florescer Urbano - MPOsocial**

A avaliação do impacto social do PNMPO na vida dos clientes foi comparada a partir da determinação do **MPOsocial** descrito na seção considerações metodológicas, as cargas fatorais padronizadas das 10 dimensões subjacentes foram transformadas em coeficientes técnicos da função crescimento e classificadas em 21 níveis de classe (sistema RGB de cores), com as seguintes denominações: MPOsocial **Baixo**; MPOsocial **Médio**; MPOsocial **Alto** e MPOsocial **Elevado**.

Numa abordagem agregada temos um índice MPOsocial Alto para a escala de avaliação do PNMPO na comparação da metodologia empregada, o que significa um impacto significativo urbano quando consideramos a atuação do Programa nos 7 (sete) Estados da Região Norte, que oferecem dinâmicas econômicas diferentes e especificidades regionais. O MPOsocial Alto reflete a percepção dos clientes sobre o impacto social do Programa na condução dos seus negócios e na vida pessoal em 10 (dez) dimensões subjacentes observadas na pesquisa (figura 7).

**Figura 7: Espacialização do Incide do MPOsocial por Estados da Região Norte**



Fonte: Dados da Pesquisa (autores, 2023)

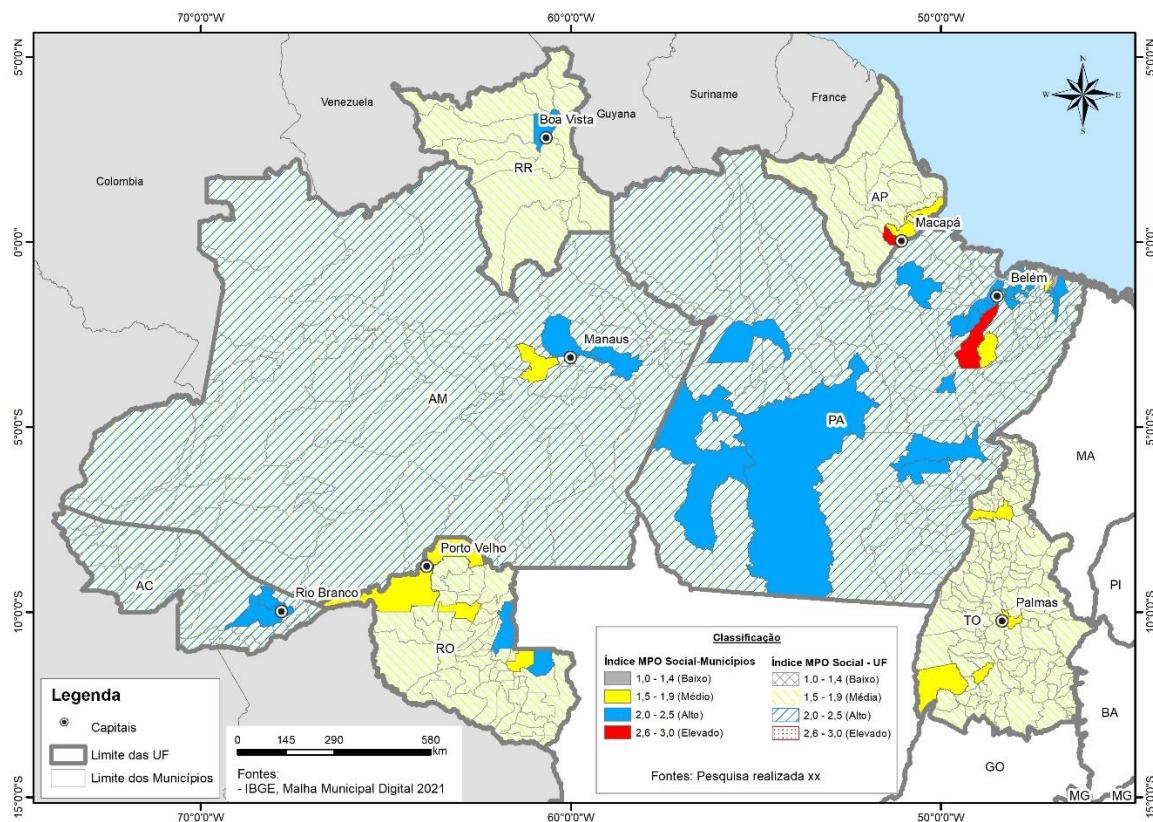
Numa abordagem desagregada do MPOsocial por Estado da Região Norte, 42,8% da região ficou classificada com **MPOsocial Alto** destacado em azul (Pará, Amazonas e Acre), e 57,1% com **MPOsocial Médio**, indicados na cor amarela os seguintes Estados (Amapá, Tocantins, Rondônia e Roraima). **Os níveis Baixo e Elevado não tiveram classificação na escala de Estados** (figura 7).

Prosseguindo na decomposição do MPOsocial com escalas diferentes e buscando qualificar os resultados, apresenta-se a plotagem que indica a classificação do MPOsocial / UF combinada com o impacto médio do índice para a escala de município. Neste temático é possível observar diferentes classificações do impacto social do Programa nos Estados e Municípios refletindo as especificidades de atuação, cultura empreendedora e mesmo dinamismo dos negócios associado a economia regional (figura 7).

O índice MPOsocial dos Estados representa uma média dos escores dos 10 (dez) fatores ou dimensões observáveis de todos os clientes entrevistados e suas respectivas percepções de impacto social. Utilizando-se da mesma metodologia o índice MPOsocial apresenta a mesma abordagem para identificação dos temáticos e classificações de impacto

médio na escala de municípios. Esta abordagem explica as diferentes classificações dos municípios quanto aos impactos sociais nos municípios do Estado do Pará (figura 8).

**Figura 8: Espacialização do Incide do MPOsocial nas diferentes escalas.**



Fonte: Dados da Pesquisa (autores, 2023)

Uma constatação da forte atuação do PNMPO na Região Norte, e que reforça a classificação de MPOsocial Médio do Programa, ocorre pela ausência de municípios com classificação de MPOsocial Baixo, ou seja, ainda que existam exemplos de iniciativas onde em que a percepção dos clientes apresentou baixo impacto social, na média das abordagens dos entrevistados, essas percepções em nível de município não predominaram (figura 8).

Quando a percepção e classificação dos clientes é avaliada de maneira individual, trazemos a seguinte leitura do impacto social:

- Apenas 56 Clientes ou 9,1% dos entrevistados tiveram suas percepções de impacto social classificadas como índice de MPOsocial Baixo, indicando elevada efetividade da PNMPO;
- O Impacto MPOsocial Médio respondeu por 30,3% da amostra, e considerando a margem de erro da pesquisa empregada de apenas 5%, com nível de confiança

dos dados refletirem a realidade dos clientes em suas percepções em 95,0%, com  $z$ -escore 1,96, é possível estimar que mais de 14 mil clientes atuais do PNMPO do BASA apresentam impacto social classificados como MPOsocial Médio;

- c) - Na classificação do MPOsocial Alto segundo a percepção dos próprios clientes o percentual atingido foi da ordem de 53,3% dos 613 entrevistados na Região Norte, o que reflete um desempenho do PNMPO estimado de 25.069 mil clientes com alto impacto social do programa em seus negócios e condições de vida. Este resultado alcança toda a Região Norte por meio dos 28 escritórios de microfinanças de atuação do BASA.
- d) - O MPOsocial Elevado identificou 44 clientes do programa ou o equivalente a 7,1% da amostra pesquisada, ou seja, apenas 3.374 clientes do BASA de uma carteira de 47.000 mil apresentaram elevado impacto social, com 95,0% de chance dos dados refletirem a realidade estimada.

#### 4.3 INDICADORES DE IMPACTO

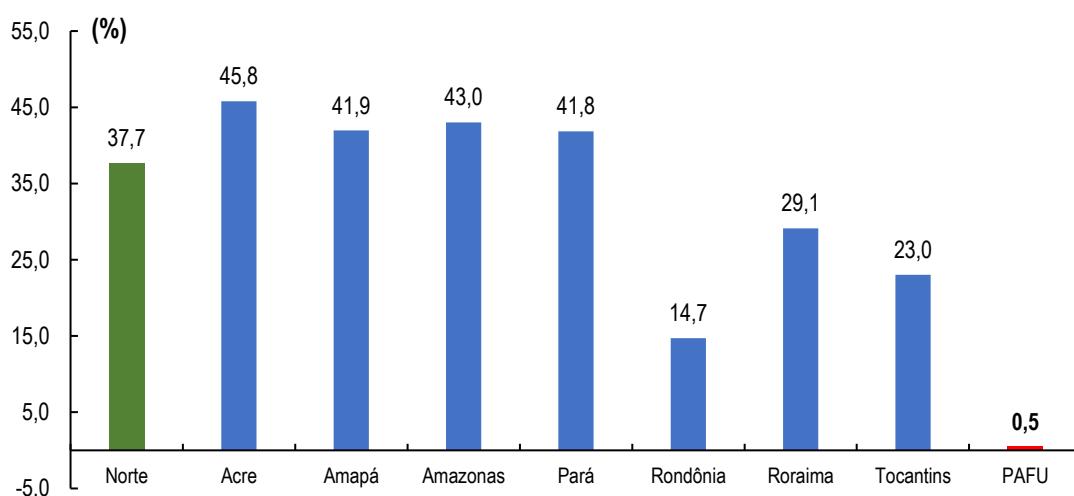
Avaliar políticas públicas é parte de um processo contínuo de mensuração de impactos de natureza econômica e social, com vistas a melhor qualificar as intervenções governamentais e assim viabilizar melhores condições de bem-estar a toda sociedade. Neste sentido, a presente seção tratará de dimensionar os impactos do Programa de Microcrédito Orientado-Amazônia Florescer Urbano sobre as condições socioeconômicas do público-alvo desta política de fomento, que são pequenos negócios dos estados que compõem a Região Norte. Para tal fim, serão empregadas técnicas de análise descritiva e modelagem econométrica, a partir de dados primários coletados junto a uma amostra de 613 clientes que captaram recursos do Amazônia Florescer até dezembro do ano de 2022. No processo de tratamento dos dados considerou-se, quando necessário, o método interquartílico de identificação de dados imprecisos ou destoantes da tendência da amostra (*outliers*).

##### 4.3.1 Impactos na Renda

Dimensionar os níveis de renda de determinada localidade é de fundamental importância, uma vez que possibilita constituir um panorama preliminar quanto aos níveis de geração de riqueza e pobreza. Segundo dados do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), em 2022 a Região Norte encerrou o ano com cerca de 37,7% de sua população

total sobrevivendo com até R\$ 105 per capita por mês, ou seja, em condições de extrema pobreza. O estado do Acre é onde esta realidade é mais acentuada, com 45,8% da população total deste estado em extrema pobreza, em contraposição a Rondônia cujo percentual da população em situação de extrema pobreza atinge a marca de 14,7% refletindo a melhor posição dentre os estados da Região. Considerando o micro-contexto do Amazônia Florescer, a partir dos dados primários captados, observou-se que 0,5% do total de clientes em toda Região Norte encontrava-se em condição de pobreza extrema (Gráfico 5).

**Gráfico 5: Proporção da população em condição de extrema pobreza, AMAZÔNIA FLORESCER e Região Norte (2022)**



Fonte: CADUNICO, IBGE e Pesquisa Primária.

Ainda sobre o Gráfico 5 é possível inferir que, a realidade da extrema pobreza, que acomete quase 38,0% de toda população da Região Norte, não é uma realidade para 95,5% dos clientes do Amazônia Florescer, o que indica melhores condições renda e consumo. Em termos municipais, Abaetetuba (PA), Boa Vista (RR) e Porto Velho (RO) foram os únicos municípios onde se identificou clientes sobrevivendo com até R\$ 105 per capita por mês.

Em uma avaliação pormenorizada sobre as condições de renda dos clientes, antes e depois da adesão ao Programa, é possível verificar os primeiros impactos do Amazônia Florescer. Em termos nominais, a renda per capita média mensal dos domicílios dos clientes em toda Região Norte cresceu 95,6%. O estado nortista a registrar o maior patamar de renda pós Amazônia Florescer foi o Pará com um crescimento de 125,0% e uma renda absoluta da ordem de R\$ 2.061,39 per capita mensal ao final de 2022 (Tabela 4).

**Tabela 4: Renda média domiciliar per capita mensal dos clientes AMAZÔNIA FLORESCER Estados e Região Norte (2022)**

Território	Antes AMAZÔNIA FLORESCER (R\$)	Depois AMAZÔNIA FLORESCER (R\$)	Var.(%)
<b>Região Norte</b>	<b>1.024,1</b>	<b>2.151,2</b>	<b>110,0</b>
Acre	958,3	1.874,5	95,6
Amapá	765,5	1.468,0	91,8
Amazonas	897,6	1.772,2	97,4
Pará	915,7	2.061,3	125,1
Rondônia	1.804,8	3.228,7	78,9
Roraima	1.410,5	2.390,6	69,5
Tocantins	1.366,5	2.487,3	82,0

Fonte: Pesquisa Primária.

Dimensionado os padrões de renda domiciliar per capita dos clientes Amazônia Florescer em termos das municipalidades da Região, Cacoal (RO) é o município a registrar o maior patamar com cerca de R\$ 7.250 e um crescimento antes de depois da adesão ao Programa de 163,6%. Em seguida vem Espigão do Oeste (RO) com R\$ 5 mil per capita (Tabela 5).

**Tabela 5: Os 15 municípios com maior renda média domiciliar per capita mensal, segundo clientes AMAZÔNIA FLORESCER (2022)**

Ranking	Território	Antes AMAZÔNIA FLORESCER (R\$)	Depois AMAZÔNIA FLORESCER (R\$)	Var.(%)
	<b>Região Norte</b>	<b>1.024,17</b>	<b>2.151,23</b>	<b>110,0</b>
<b>1º</b>	Cacoal (RO)	2.750,00	7.250,00	163,6
<b>2º</b>	Espigão do Oeste (RO)	5.000,00	5.000,00	0,0
<b>3º</b>	Ji-Paraná (RO)	2.426,67	4.220,00	73,9
<b>4º</b>	Gurupi (TO)	1.216,67	3.468,75	185,1
<b>5º</b>	Ariquemes (RO)	1.731,48	3.321,43	91,8
<b>6º</b>	Tucuruí (PA)	2.302,08	3.279,17	42,4
<b>7º</b>	Altamira (PA)	2.201,85	3.111,11	41,3
<b>8º</b>	Palmas (TO)	1.689,58	3.043,75	80,1
<b>9º</b>	Capanema (PA)	1.276,73	2.890,63	126,4
<b>10º</b>	Bragança (PA)	1.485,00	2.852,08	92,1
<b>11º</b>	Mojú (PA)	353,72	2.770,83	683,3
<b>12º</b>	Formoso do Araguaia (TO)	714,29	2.666,67	273,3
<b>13º</b>	Parauapebas (PA)	1.456,67	2.566,67	76,2
<b>14º</b>	Porto velho (RO)	1.490,97	2.527,92	69,5
<b>15º</b>	Boa Vista (RR)	1.410,50	2.390,69	69,5

Fonte: Pesquisa Primária.

Avaliando- se os níveis de renda domiciliar per capita dos clientes Amazônia Florescer em termos das atividades econômicas desenvolvidas, a *oficina mecânica* é a atividade a induzir o maior patamar de renda domiciliar com cerca de R\$ 10 mil e um crescimento antes de depois da adesão ao Programa de 263,6%. Em seguida vem a *manutenção de eletroeletrônicos* com R\$ 9 mil de rendimento domiciliar per capita mensal (Tabela 6).

**Tabela 6: As 15 atividades econômicas que induzem a maior renda média domiciliar per capita mensal, segundo clientes AMAZÔNIA FLORESCER (2022)**

Ranking	Território/Atividade	Antes AMAZÔNIA FLORESCER (R\$)	Depois AMAZÔNIA FLORESCER (R\$)	Var.(%)
	<b>Região Norte</b>	<b>1.024,17</b>	<b>2.151,23</b>	<b>110,0</b>
1º	Oficina mecânica	2.750,00	10.000,00	263,6
2º	Manutenção de eletroeletrônicos	4.000,00	9.000,00	125,0
3º	Salão de beleza	1.625,00	7.750,00	376,9
4º	Setor alimentício	5.000,00	8.000,00	60,0
5º	Fábrica de Lingerie	5.000,00	7.000,00	40,0
6º	Viveiro de plantas	1.833,33	7.000,00	281,8
7º	Venda de frutos do mar	5.000,00	7.000,00	40,0
8º	Venda de confecção, calcados e acessórios	3.500,00	6.200,09	77,1
9º	Batateira	1.250,00	6.000,00	380,0
10º	Calçados	1.500,00	6.000,00	300,0
11º	Oficina de moto e bicicleta	1.000,00	6.000,00	500,0
12º	Técnico em celular	2.500,00	6.000,00	140,0
13º	Vendedora de cosméticos e confecção	5.800,00	5.800,00	0,0
14º	Venda de água e gás	3.500,00	5.500,00	57,1
15º	Fruteira	3.666,67	5.333,33	45,5

Fonte: Pesquisa Primária.

Outro exercício interessante nesta mesma linha diz respeito à estimativa de massa salarial produzida antes e depois da adesão dos empreendimentos ao Amazônia Florescer. A partir dos dados primários coletados, e após a exclusão de dados *outliers* na amostra de dados, verificou-se que, em média, a renda mensal total domiciliar dos 613 clientes antes da adesão ao Programa foi de R\$ 5.057 e após a adesão passou para R\$ 9.839, o que corresponde a um impacto do Programa na renda da ordem de 95%, em termos nominais. Segundo o Banco da Amazônia, estima-se que existam cerca de 47 mil pequenos negócios contemplados com a política de financiamento do Amazônia Florescer. Tomando por base as rendas médias antes e depois da adesão ao Programa, estima-se que antes da adesão a massa salarial produzida

pelo total de clientes correspondeu a R\$ 237,683 milhões, e após a adesão esse montante passou para R\$ 462,434 milhões, o que significou um impacto incremental nesta massa da ordem de 94,6%.

#### 4.3.2 Impactos na Consumo

Outro aspecto relevante a ser destacado, e que está fortemente associado aos padrões de renda, são os níveis consumo. A partir da sondagem primária efetuada, foi possível identificar que, em termos nominais, os gastos dos clientes com alimentação nos estados e Região Norte ampliou-se após adesão ao Amazônia Florescer. O estado que registrou maior expansão do consumo foi o Pará, cujo registro anterior refletia um consumo alimentício mensal da ordem de pouco mais de R\$ 265 mil e o atual reflete cerca de R\$ 400 mil (Tabela 7).

**Tabela 7: Gastos com alimentação dos clientes AMAZÔNIA FLORESCER, Estados x Região Norte (2022)**

Território	Antes AMAZÔNIA FLORESCER (R\$)	Depois AMAZÔNIA FLORESCER (R\$)	Var.(%)
<b>Região Norte</b>	<b>411.664,15</b>	<b>585.810,00</b>	<b>42,3</b>
Acre	32.550,00	41.650,00	28,0
Amapá	28.850,00	40.850,00	41,6
Amazonas	4.300,00	4.900,00	14,0
Pará	265.054,15	399.860,00	50,9
Rondônia	32.880,00	38.600,00	17,4
Roraima	13.900,00	17.500,00	25,9
Tocantins	34.130,00	42.450,00	24,4

Fonte: Pesquisa Primária.

Dimensionando esses gastos com alimentação por clientes por faixa de estado e Região, observa-se que, em média, os clientes da Região Norte registraram, em termos nominais, um crescimento da ordem de 101,7%. Os clientes do estado do Pará registraram o maior nível médio de consumo com alimentação com R\$ 1.821,94 e um crescimento de 148,2% depois da adesão ao Amazônia Florescer. Os clientes do Tocantins foram os que registraram o menor nível de gasto com alimentação (R\$ 1.493,75) e um crescimento de 86,6% (Tabela 8).

**Tabela 8 – Gastos médio com alimentação por clientes AMAZÔNIA FLORESCER, Estados x Região Norte (2022)**

Território	Antes AMAZÔNIA FLORESCER (R\$)	Depois AMAZÔNIA FLORESCER (R\$)	Var.(%)
<b>Região Norte</b>	<b>1.144,06</b>	<b>2.307,39</b>	<b>101,7</b>
Acre	704,55	1.600,00	127,1
Amazonas	624,24	1.500,00	140,3
Amapá	657,14	1.500,00	128,3
Pará	734,04	1.821,94	148,2
Rondônia	704,62	1.507,69	114,0
Roraima	709,52	1.550,00	118,5
Tocantins	800,70	1.493,75	86,6

Fonte: Pesquisa Primária.

Dimensionando esses gastos com alimentação por clientes por faixa de municípios da Região Norte, observa-se que, em média, os clientes de Curuçá (PA) registraram, em termos nominais, um crescimento da ordem de 316,7% e um patamar de gasto com alimentação da ordem de R\$ 2.500. Em seguida, os clientes de Igarapé-Miri (PA) que contabilizaram um consumo alimentício R\$ 2.414,29 e um crescimento de 109,9% depois da adesão ao Amazônia Florescer (Tabela 9).

**Tabela 9 – Os 15 municípios com maior gasto médio com alimentação por clientes AMAZÔNIA FLORESCER, Região Norte (2022)**

Ranking	Território	Antes AMAZÔNIA FLORESCER (R\$)	Depois AMAZÔNIA FLORESCER (R\$)	Var.(%)
	<b>Região Norte</b>	<b>1.144,06</b>	<b>2.307,39</b>	<b>101,7</b>
<b>1º</b>	Curuçá (PA)	600,00	2.500,00	316,7
<b>2º</b>	Igarapé-Miri (PA)	1.150,00	2.414,29	109,9
<b>3º</b>	Santa Izabel do Pará (PA)	833,33	2.350,00	182,0
<b>4º</b>	Mojú (PA)	666,67	2.200,00	230,0
<b>5º</b>	Altamira (PA)	916,67	2.160,00	135,6
<b>6º</b>	Barcarena	922,22	2.130,00	131,0
<b>7º</b>	Parauapebas (PA)	966,67	2.050,00	112,1
<b>8º</b>	Ananindeua (PA)	635,29	1.987,25	212,8



<b>9º</b>	Benevides (PA)	660,00	1.900,00	187,9
<b>10º</b>	Santarém (PA)	635,42	1.900,00	199,0
<b>11º</b>	Tailândia (PA)	627,78	1.900,00	202,7
<b>12º</b>	Bragança (PA)	1.150,00	1.812,50	57,6
<b>13º</b>	Castanhal (PA)	618,93	1.786,57	188,7
<b>14º</b>	Marabá (PA)	638,64	1.760,00	175,6
<b>15º</b>	Breves (PA)	910,00	1.700,00	86,8

Fonte: Pesquisa Primária.

Dentre os padrões de consumo dos clientes Amazônia Florescer convém ser analisada a Propensão Marginal a Consumir (PMC). Este ferramental econométrico permite identificar o quanto se incrementa no consumo de um indivíduo quando ocorre um acréscimo em sua renda disponível<sup>1</sup>. A partir dos dados coletados sobre os gastos com alimentação dos clientes do Programa, verificou-se no estado do Amapá a maior PMC, da ordem de 0,28. Isto significa dizer que, para cada acréscimento de R\$ 1,00 na renda disponível dos clientes do estado do Amapá, ocorreu um incremento de R\$ 0,28 nos gastos com alimentação (Tabela 10).

**Tabela 10: Propensão marginal a consumir dos clientes AMAZÔNIA FLORESCER, Estados x Região Norte (2022)**

Território	Antes AMAZÔNIA FLORESCER (R\$)		Depois AMAZÔNIA FLORESCER (R\$)		PMC
	Gasto Alimentação	Renda Mensal	Gasto Alimentação	Renda Mensal	
<b>Região Norte</b>	<b>411.664,15</b>	<b>1.599.246,00</b>	<b>585.810,00</b>	<b>2.926.309,09</b>	<b>0,13</b>
Acre	32.550,00	118.250,00	41.650,00	218.500,00	0,09
Amapá	28.850,00	93.700,00	40.850,00	136.300,00	0,28
Amazonas	4.300,00	20.700,00	4.900,00	34.200,00	0,04
Pará	265.054,15	962.672,00	399.860,00	1.870.763,00	0,15
Rondônia	32.880,00	164.300,00	38.600,00	295.822,09	0,04
Roraima	13.900,00	86.500,00	17.500,00	118.000,00	0,11
Tocantins	34.130,00	153.124,00	42.450,00	252.724,00	0,08

Fonte: Pesquisa Primária.

Embora os clientes amapaenses não tenham registrado o maior crescimento em seus níveis de renda na Região (Tabela 7), ainda assim, seu potencial de consumo se mostrou o maior no Norte do país (Tabela 8). Em termos municipais, Altamira (PA) foi o que registrou o maior patamar de tendência ao consumo via gastos com alimentação. Para cada R\$ 1,00

<sup>1</sup> Para fins metodológicos considerou-se como renda disponível aquela informada pelos clientes no momento da aplicação dos questionários.



incrementado na renda disponível de seus clientes, registrou-se a tendência a gastar R\$ 1,41 com alimentação. Em outras palavras, o município apresenta tendência de gasto superior a sua renda após adesão ao Amazônia Florescer, o que sinaliza um padrão de insustentabilidade dos pequenos negócios no médio prazo, crescimento nos níveis de endividamento destes clientes. Barcarena (PA) e Itacoatiara (AM) vêm sinalizando comprometimento superior a 50,0% de seus ganhos com gastos em alimentação, o que acende um alerta para os pequenos negócios ligados ao Amazônia Florescer nesses municípios (Tabela 11).

**Tabela 11: Os 15 municípios com maior propensão marginal a consumir, segundo AMAZÔNIA FLORESCER (2022)**

Ranking	Território	Antes AMAZÔNIA FLORESCER (R\$)		Depois AMAZÔNIA FLORESCER (R\$)		PMC
		Gasto Alimentação	Renda Mensal	Gasto Alimentação	Renda Mensal	
	<b>Região Norte</b>	<b>411.664,15</b>	<b>1.599.246,00</b>	<b>585.810,00</b>	<b>2.926.309,09</b>	<b>0,13</b>
<b>1º</b>	Altamira (PA)	10.200,00	25.800,00	42.950,00	54.000,00	1,41
<b>2º</b>	Barcarena (PA)	9.000,00	26.700,00	17.800,00	37.000,00	0,92
<b>3º</b>	Itacoatiara (AM)	2.300,00	11.900,00	16.600,00	30.500,00	0,69
<b>4º</b>	Manaus (AM)	9.350,00	24.650,00	46.700,00	79.700,00	0,46
<b>5º</b>	Igarapé-Miri (PA)	9.200,00	17.050,00	16.300,00	38.000,00	0,36
<b>6º</b>	Breves (PA)	8.800,00	15.000,00	23.800,00	45.400,00	0,29
<b>7º</b>	Santa Izabel do Pará (PA)	2.800,00	6.100,00	4.900,00	18.900,00	0,24
<b>8º</b>	Cacoal (RO)	750,00	3.200,00	8.000,00	19.000,00	0,22
<b>9º</b>	Tucuruí (PA)	6.900,00	10.750,00	33.000,00	50.500,00	0,22
<b>10º</b>	Terra Alta (PA)	1.600,00	4.300,00	4.400,00	17.000,00	0,21
<b>11º</b>	Ananindeua (PA)	12.714,00	28.048,00	55.910,00	132.151,00	0,20
<b>12º</b>	Abaetetuba (PA)	4.750,00	12.150,00	21.500,00	60.800,00	0,19
<b>13º</b>	Palmas (TO)	12.030,00	18.500,00	52.600,00	87.300,00	0,19
<b>14º</b>	Bragança (PA)	11.400,00	14.500,00	37.150,00	53.800,00	0,19
<b>15º</b>	Castanhal (PA)	19.050,00	36.212,00	64.750,00	159.000,00	0,18

Fonte: Pesquisa Primária.

#### 4.3.3 Impactos nos Negócios

Os empreendimentos formais e informais são importantes termômetros de avaliação que possibilitam compreender a dinâmica econômica e capacidade de oferta de determinado produto/serviço.

Tratando-se, especificamente, sobre o porte dos empreendimentos ligados aos pequenos negócios do Amazônia Florescer constantes da amostra da pesquisa primária, constata-se que, em sua grande maioria, esses empreendimentos encontram-se formalizados como Microempreendedores Individuais (MEI's) e representam cerca de 49,6%. Por outro



lado, cerca de 44,9% ainda encontram-se atuando de maneira informal. No que tange aos estados da Região Norte, o Amapá é o que apresenta o maior percentual de informalidade nos pequenos negócios Amazônia Florescer com 52,6% e o Amazonas o menor nível com 12,5% (Tabela 12).

**Tabela 12: Participação relativa dos empreendimentos que captaram microcrédito AMAZÔNIA FLORESCER por porte, Estados e Região Norte (2022)**

Território	Total Empreendimento	EPP	ME	MEI	Informal	Part.(%) EPP	Part.(%) ME	Part.(%) MEI	Part.(%) Informal
<b>Região Norte</b>	<b>613</b>	<b>9</b>	<b>25</b>	<b>304</b>	<b>275</b>	<b>1,5</b>	<b>4,1</b>	<b>49,6</b>	<b>44,9</b>
Acre	56	1	2	26	27	1,8	3,6	46,4	48,2
Amapá	38	0	1	17	20	0,0	2,6	44,7	52,6
Amazonas	8	2	0	5	1	25,0	0,0	62,5	12,5
Pará	397	5	19	185	188	1,3	4,8	46,6	47,4
Rondônia	46	1	2	21	22	2,2	4,3	45,7	47,8
Roraima	21	0	1	11	9	0,0	4,8	52,4	42,9
Tocantins	47	0	0	39	8	0,0	0,0	83,0	17,0

Fonte: Pesquisa Primária.

Dimensionados os padrões de formalidade e informalidade em termos municipais na Região Norte, 50,8% dos empreendimentos do Programa em Belém (PA) - município com o maior número de empreendimentos- encontram-se atuando na informalidade, enquanto os MEI's representam 34,9%. Dentre os 15 maiores municípios com maior estoque de empreendimentos, Araguaína (TO) é o que apresenta o maior patamar de formalidade com 90,5% de empreendimentos enquadrados como MEI's (Tabela 13)

**Tabela 13: Participação relativa dos empreendimentos que captaram microcrédito AMAZÔNIA FLORESCER por porte, Municípios e Região Norte (2022)**

Rankin g	Território	Total Empreendiment o	EP P	M E	ME I	Informa 1	Part.(%) EPP	Part.(%) ME	Part.(%) MEI	Part.(%) Informa 1
	<b>Região Norte</b>	<b>613</b>	<b>9</b>	<b>25</b>	<b>304</b>	<b>275</b>	<b>1,5</b>	<b>4,1</b>	<b>49,6</b>	<b>44,9</b>
1º	Belém (PA)	63	3	6	22	32	4,8	9,5	34,9	50,8
2º	Rio Branco (AC)	55	1	2	25	27	1,8	3,6	45,5	49,1
3º	Santarém (PA)	39	0	0	21	18	0,0	0,0	53,8	46,2
4º	Castanhal (PA)	34	0	0	9	25	0,0	0,0	26,5	73,5
5º	Marabá (PA)	33	0	1	15	17	0,0	3,0	45,5	51,5
6º	Abaetetuba (PA)	28	0	2	7	19	0,0	7,1	25,0	67,9
7º	Ananindeua (PA)	28	0	1	18	9	0,0	3,6	64,3	32,1
8º	Porto Velho (RO)	26	0	0	7	19	0,0	0,0	26,9	73,1

**Relatório Pesquisa de Microcrédito – Amazônia Florescer Urbano**

<b>9º</b>	Araguaína (TO)	21	0	0	19	2	0,0	0,0	90,5	9,5
<b>10º</b>	Boa Vista (RR)	21	0	1	11	9	0,0	4,8	52,4	42,9
<b>11º</b>	Manaus (AM)	19	0	1	10	8	0,0	5,3	52,6	42,1
<b>12º</b>	Barcarena (PA)	17	0	1	9	7	0,0	5,9	52,9	41,2
<b>13º</b>	Palmas (TO)	16	0	0	13	3	0,0	0,0	81,3	18,8
<b>14º</b>	Igarapé-Miri (PA)	15	0	2	3	10	0,0	13,3	20,0	66,7
<b>15º</b>	Capanema (PA)	13	0	2	7	4	0,0	15,4	53,8	30,8
-	Demais Municípios	185	5	6	108	66	2,7	3,2	58,4	35,7

Fonte: Pesquisa Primária.

Avaliando-se os níveis de formalidade e informalidade, tendo como parâmetro as atividades econômicas declaradas na pesquisa, dentre as 15 maiores atividades de atuação dos pequenos negócios associados Amazônia Florescer, a de *sacoleiro* detém cerca de 65,5% de empreendimentos atuando ainda na informalidade, por outro lado, a segunda maior atividade, *comércio*, apresentou um padrão de 62,1% empreendimentos atuando como MEI's em toda Região Norte (Tabela 14).

**Tabela 14: Participação relativa dos empreendimentos que captaram microcrédito AMAZÔNIA FLORESCER, por porte e atividades econômicas (2022)**

Ranking	Território/Ativida de	Total Empreendimen to	EP P	ME	ME I	Inform al	Part.(%) EPP	Part.(%) ME	Part.(%) MEI	Part.(%) Inform al
	<b>Região Norte</b>	<b>613</b>	<b>9</b>	<b>25</b>	<b>304</b>	<b>275</b>	<b>1,5</b>	<b>4,1</b>	<b>49,6</b>	<b>44,9</b>
<b>1º</b>	Sacoleiro	29	0	2	8	19	0,0	6,9	27,6	65,5
<b>2º</b>	Comercio	29	2	2	18	7	6,9	6,9	62,1	24,1
<b>3º</b>	Cosméticos	17	0	2	8	7	0,0	11,8	47,1	41,2
<b>4º</b>	Vendas	16	1	0	2	13	6,3	0,0	12,5	81,3
<b>5º</b>	Venda de roupas	15	0	1	6	8	0,0	6,7	40,0	53,3
<b>6º</b>	Mercearia	14	0	2	6	6	0,0	14,3	42,9	42,9
<b>7º</b>	Loja de variedades	12	0	0	6	6	0,0	0,0	50,0	50,0
<b>8º</b>	Mercadinho	8	0	0	6	2	0,0	0,0	75,0	25,0
<b>9º</b>	Restaurante	8	0	0	8	0	0,0	0,0	100,0	0,0
<b>10º</b>	Confecções	8	0	0	4	4	0,0	0,0	50,0	50,0
<b>11º</b>	Feirante	7	0	0	4	3	0,0	0,0	57,1	42,9
<b>12º</b>	Ambulante	5	0	0	3	2	0,0	0,0	60,0	40,0
<b>13º</b>	Loja de roupa	5	0	0	2	3	0,0	0,0	40,0	60,0
<b>14º</b>	Alimentação	4	1	0	1	2	25,0	0,0	25,0	50,0
<b>15º</b>	Cabeleireira	4	0	0	3	1	0,0	0,0	75,0	25,0
-	Demais atividades	432	5	16	219	192	1,2	3,7	50,7	44,4

Fonte: Pesquisa Primária.



#### 4.3.4 Impactos (Inclusão no Sistema Bancário)

A inclusão dos pequenos negócios no Sistema Bancário Nacional (SBN) é de vital importância não só para o desenvolvimento econômico do país, como também para organização financeira desses empreendimentos, uma vez que, a digitalização dos dados contábeis facilita o monitoramento de entradas e saídas do orçamento do negócio, garantindo mais agilidade no processamento de pagamentos. Além disso, possibilita o acesso a diversas linhas de crédito em todo SBN.

Avaliando-se os níveis de inclusão e exclusão dos pequenos negócios associados ao Amazônia Florescer no SBN, por estado da Região Norte, percebe-se que 27,9% dos empreendimentos da Região só foram incluídos no SBN após adesão ao Amazônia Florescer, o que pode ser considerado um impacto direto do Programa. Em termos de estados, no caso do Amazonas, 50,0% de seus negócios só foram inseridos no SBN após adesão ao Programa. Sobre o Pará, maior detentor de empreendimentos, 67,8% de seus pequenos negócios já possuíam conta bancária antes da adesão ao Amazônia Florescer (Tabela 15).

**Tabela 15: Participação relativa dos clientes que captaram microcrédito AMAZÔNIA FLORESCER, segundo inclusão no Sistema Bancário antes da adesão ao AMAZÔNIA FLORESCER, Estados e Região Norte (2022)**

Território	Total de Clientes (Pessoas) - A	Bancarizado (Pessoas) - B	Não Bancarizado (Pessoas) - C	Part.(%) - (B/A)	Part.(%) - (C/A)
<b>Região Norte</b>	<b>613</b>	<b>442</b>	<b>171</b>	<b>72,1</b>	<b>27,9</b>
Acre	56	43	13	76,8	23,2
Amapá	38	26	12	68,4	31,6
Amazonas	8	4	4	50,0	50,0
Pará	397	269	128	67,8	32,2
Rondônia	46	38	8	82,6	17,4
Roraima	21	16	5	76,2	23,8
Tocantins	47	46	1	97,9	2,1

Fonte: Pesquisa Primária.

Examinando-se os níveis de inclusão dos pequenos negócios associados ao Amazônia Florescer no SBN, por município da Região Norte, nota-se que, dentre os 15 com maior estoque de pequenos negócios, 36,5% dos empreendimentos de Belém (PA) só foram bancarizados após adesão Amazônia Florescer, e em Rio Branco (AC) 78,2% já se encontravam inseridos no SBN antes da adesão ao Programa (Tabela 16).

**Tabela 16: Participação relativa dos clientes que captaram microcrédito AMAZÔNIA FLORESCER, segundo inclusão no Sistema Bancário antes da adesão ao AMAZÔNIA FLORESCER, Municípios e Região Norte (2022)**

Ranking	Território	Total de Clientes (Pessoas) - A	Bancarizado (Pessoas) – B	Não Bancarizado (Pessoas) - C	Part.(%) - (B/A)	Part.(%) - (C/A)
	<b>Região Norte</b>	<b>613</b>	<b>442</b>	<b>171</b>	<b>72,1</b>	<b>27,9</b>
<b>1º</b>	Belém (PA)	63	40	23	63,5	36,5
<b>2º</b>	Rio Branco	55	43	12	78,2	21,8
<b>3º</b>	Santarém (PA)	39	30	9	76,9	23,1
<b>4º</b>	Castanhal (PA)	34	19	15	55,9	44,1
<b>5º</b>	Marabá (PA)	33	30	3	90,9	9,1
<b>6º</b>	Abaetetuba (PA)	28	10	18	35,7	64,3
<b>7º</b>	Ananindeua (PA)	28	19	9	67,9	32,1
<b>8º</b>	Porto Velho (RO)	26	22	4	84,6	15,4
<b>9º</b>	Araguaína (TO)	21	21	0	100,0	0,0
<b>10º</b>	Boa Vista (RR)	21	16	5	76,2	23,8
<b>11º</b>	Manaus (AM)	19	14	5	73,7	26,3
<b>12º</b>	Barcarena (PA)	17	11	6	64,7	35,3
<b>13º</b>	Palmas (TO)	16	15	1	93,8	6,3
<b>14º</b>	Igarapé-Miri (PA)	15	8	7	53,3	46,7
<b>15º</b>	Capanema (PA)	13	11	2	84,6	15,4
-	Demais Municípios	185	133	52	71,9	28,1

Fonte: Pesquisa Primária.

Analizando-se os patamares de bancarização dos empreendimentos associados ao Amazônia Florescer por atividade econômica em que atuam, em termos de impacto, constata-se que 21,2% dos negócios ligados ao *comércio* encontravam-se fora do SBN antes da adesão ao Amazônia Florescer. 57,1% dos negócios ligados à *mercearia* também estavam marginalizados do sistema bancário, antes da adesão ao Programa (Tabela 17).

**Tabela 17: Participação relativa dos clientes que captaram microcrédito AMAZÔNIA FLORESCER, segundo inclusão no Sistema Bancário antes da adesão ao AMAZÔNIA FLORESCER e Atividades Econômicas (2022)**

Ranking	Território/Atividade	Total de Clientes (Pessoas) - A	Bancarizado (Pessoas) – B	Não Bancarizado (Pessoas) - C	Part.(%) - (B/A)	Part.(%) - (C/A)
	<b>Região Norte</b>	<b>613</b>	<b>442</b>	<b>171</b>	<b>72,1</b>	<b>27,9</b>
<b>1º</b>	Comercio	33	26	7	78,8	21,2
<b>2º</b>	Sacoleiro	29	20	9	69,0	31,0
<b>3º</b>	Loja de roupas	20	17	3	85,0	15,0
<b>4º</b>	Venda de cosméticos	17	12	5	70,6	29,4
<b>5º</b>	Vendas	16	6	10	37,5	62,5
<b>6º</b>	Mercearia	14	6	8	42,9	57,1



**Relatório Pesquisa de Microcrédito – Amazônia Florescer Urbano**

<b>7º</b>	Loja de variedades	12	9	3	75,0	25,0
<b>8º</b>	Confecções	8	5	3	62,5	37,5
<b>9º</b>	Mercadinho	8	5	3	62,5	37,5
<b>10º</b>	Restaurante	8	6	2	75,0	25,0
<b>11º</b>	Feirante	7	4	3	57,1	42,9
<b>12º</b>	Ambulante	5	4	1	80,0	20,0
<b>13º</b>	Alimentação	4	4	0	100,0	0,0
<b>14º</b>	Cabeleireira	4	3	1	75,0	25,0
<b>15º</b>	Costura	4	0	4	0,0	100,0
-	Demais atividades	424	315	109	74,3	25,7

Fonte: Pesquisa Primária.

Dimensionando-se os níveis de bancarização dos empreendimentos do Amazônia Florescer por atividade econômica em que atuam, em termos de impacto, constata-se que 35,3% dos empreendimentos na informalidade passaram a ser incluídos no SNB após adesão ao Programa. 78,3% dos pequenos negócios enquadrados como MEI já se encontravam bancarizados antes da adesão ao Amazônia Florescer (Tabela 18).

**Tabela 18: Participação relativa dos clientes que captaram microcrédito AMAZÔNIA FLORESCER, segundo inclusão no Sistema Bancário antes da adesão ao AMAZÔNIA FLORESCER e Porte (2022)**

Território/Porte	Total de Clientes (Pessoas) - A	Bancarizado (Pessoas) - B	Não Bancarizado (Pessoas) - C	Part.(%) - (B/A)	Part.(%) - (C/A)
<b>Região Norte</b>	<b>613</b>	<b>442</b>	<b>171</b>	<b>72,1</b>	<b>27,9</b>
MEI	304	238	66	78,3	21,7
Empreendimento Informal	275	178	97	64,7	35,3
ME	25	20	5	80,0	20,0
EPP	9	6	3	66,7	33,3

Fonte: Pesquisa Primária.

#### 4.3.5 Impactos nos empregos

O mercado de trabalho associado aos pequenos negócios é uma dimensão relevante para a avaliação da capacidade deste segmento em fomentar a geração de emprego e renda. Antes de discorrer sobre os padrões de ocupação e empregabilidade na amostra dos 613 empreendimentos que captaram microcrédito Amazônia Florescer, é importante salientar alguns aspectos metodológicos adotados nesta seção. Primeiramente, o total de ocupados aqui quantificado considerou a soma entre: o dono do pequeno negócio (responsável pela captação do recurso) e o número de pessoas contratadas (formal ou informalmente) pelos empreendimentos, antes e depois da captação do microcrédito Amazônia Florescer. O segundo ponto é que, de maneira a possibilitar a quantificação do total de ocupados, os



empreendimentos que declararam na sondagem primária possuir mais de 5 pessoas contratadas (antes e depois do Amazônia Florescer), foi considerada para fins de cálculo a média de 6 pessoas para todos esses casos no somatório total de ocupados. E por fim, os empregos aqui abordados consideram pessoas admitidas de maneira formal e informal.

Avaliando-se o estoque de empregos gerados pelos pequenos negócios associados ao Amazônia Florescer, por estados da Região Norte, percebe-se, em termos de impacto, um crescimento da ordem de 72,7% no total de ocupados nesses empreendimentos antes e depois da adesão ao Programa. Em relação ao total de pessoas ocupadas, já considerando os contratados antes e depois do Amazônia Florescer, é possível estimar que esses 613 empreendimentos empregaram um total de 1.093 pessoas, o que significa dizer que, para cada 1 pequeno negócio do Programa em atividade na Região, são gerados cerca de 1,8 empregos diretos (Tabela 19).

**Tabela 19: Número de pessoas ocupadas nos empreendimentos com microcrédito AMAZÔNIA FLORESCER, Estados e Região Norte (2022)**

Território	Total Ocupado (Pessoas)	Antes AMAZÔNIA FLORESCER (Pessoas)	Depois AMAZÔNIA FLORESCER (Pessoas)	Donos do Pequeno Negócio (Pessoas)	Antes/Depois Var.(%)
<b>Região Norte</b>	<b>1.093</b>	<b>176</b>	<b>304</b>	<b>613</b>	<b>72,7</b>
Acre	65	3	6	56	100
Amapá	57	4	15	38	275
Amazonas	12	2	2	8	0
Pará	777	137	243	397	77,4
Rondônia	59	6	7	46	16,7
Roraima	27	2	4	21	100
Tocantins	96	22	27	47	22,7

Fonte: Pesquisa Primária.

Dimensionando-se empregabilidade dos empreendimentos do Amazônia Florescer por municípios da Região Norte, em termos de impacto, constata-se que, dentre os 15 com maior estoque de empregos, a capital paraense Belém (PA) registrou um crescimento da ordem de 100% no total de ocupados desses empreendimentos antes e depois da adesão ao Programa. Os empreendimentos de Santarém por sua vez, ampliaram seu estoque de empregos em 83,3% após adesão Programa (Tabela 20).



**Tabela 20: Os 15 municípios com maior estoque de pessoas ocupadas nos empreendimentos com microcrédito AMAZÔNIA FLORESER, (2022)**

Ranking	Território	Total Ocupado (Pessoas)	Antes AMAZÔNIA FLORESER (Pessoas)	Depois AMAZÔNIA FLORESER (Pessoas)	Donos do Pequeno Negócio (Pessoas)	Antes/Depois Var.(%)
	<b>Região Norte</b>	<b>1.093</b>	<b>176</b>	<b>304</b>	<b>613</b>	<b>72,7</b>
<b>1º</b>	Belém (PA)	132	23	46	63	100
<b>2º</b>	Santarém (PA)	73	12	22	39	83,3
<b>3º</b>	Rio Branco (AC)	64	3	6	55	100
<b>4º</b>	Castanhal (PA)	57	4	19	34	375
<b>5º</b>	Ananindeua (PA)	56	8	20	28	150
<b>6º</b>	Marabá (PA)	52	7	12	33	71,4
<b>7º</b>	Abaetetuba (PA)	47	3	16	28	433,3
<b>8º</b>	Barcarena (PA)	47	5	25	17	400
<b>9º</b>	Araguaína (TO)	46	15	10	21	-33,3
<b>10º</b>	Bragança (PA)	36	16	10	10	-37,5
<b>11º</b>	Breves (PA)	31	7	12	12	71,4
<b>12º</b>	Itaituba (PA)	30	10	10	10	0
<b>13º</b>	Mojú (PA)	29	6	10	13	66,7
<b>14º</b>	Palmas (TO)	28	3	9	16	200
<b>15º</b>	Boa Vista (RR)	27	2	4	21	100
-	Demais municípios	338	52	73	213	40,4

Fonte: Pesquisa Primária.

Examinando-se a empregabilidade dos empreendimentos do Programa por atividades econômicas em que atuam, em termos de impacto, constata-se que, dentre as 15 com maior estoque de empregos, a atividade de *comércio* registrou aumento no total de ocupados em 75,0% depois da adesão ao Programa. Atividade de *sacoleiro* por sua vez, ampliou seu estoque de empregos em 16,7% após adesão Programa (Tabela 21).

**Tabela 21: As 15 atividades econômicas com maior estoque de pessoas ocupadas nos empreendimentos com microcrédito AMAZÔNIA FLORESER, (2022)**

Rankin g	Território/Atividade	Total Ocupados	Antes AMAZÔNIA FLORESER (Pessoas)	Depois AMAZÔNIA FLORESER (Pessoas)	Donos do Pequeno Negócio (Pessoas)	Antes/Depois Var.(%)
	<b>Região Norte</b>	<b>1.093</b>	<b>176</b>	<b>304</b>	<b>613</b>	<b>72,7</b>
<b>1º</b>	Comercio	62	12	21	29	75
<b>2º</b>	Sacoleiro	42	6	7	29	16,7
<b>3º</b>	Restaurante	32	12	12	8	0
<b>4º</b>	Mercearia	19	4	1	14	-75
<b>5º</b>	Açaí	10	1	6	3	500
<b>6º</b>	Loja de roupas	16	2	4	10	100

<b>7º</b>	Vendas	16	0	0	16	-
<b>8º</b>	Alimentação	13	5	4	4	-20
<b>9º</b>	Confecções	13	0	5	8	-
<b>10º</b>	Cosméticos	13	0	3	10	-
<b>11º</b>	Lanchonete	13	3	6	4	100
<b>12º</b>	Mercadinho	12	2	2	8	0
<b>13º</b>	Loja de variedades	11	2	2	7	0
<b>14º</b>	Microempreendedor	11	6	3	2	-50
<b>15º</b>	Aluguéis de apartamento, materiais de construção, mercadinho	10	3	6	1	100
<b>-</b>	Demais atividades	779	118	215	446	82,2

Fonte: Pesquisa Primária.

Examinando-se a empregabilidade dos empreendimentos do Programa por categoria porte, os MEI's registram um crescimento de 64,0% após adesão ao Amazônia Florescer, já os empreendimentos informais contabilizaram uma expansão de 86,7% pós-Programa. O único segmento a registrar retração no total de ocupados após adesão ao Programa foi o de Empresas de Pequeno Porte (EPP) que perdeu cerca de 50,0% em seu estoque de ocupados (Tabela 22).

**Tabela 22: Número de pessoas ocupadas nos empreendimentos com microcrédito AMAZÔNIA FLORESCER, por categoria de porte (2022)**

Território/Porte	Total Ocupado (Pessoas)	Antes AMAZÔNIA FLORESCE R (Pessoas)	Depois AMAZÔNIA FLORESCE R (Pessoas)	Donos do Pequeno Negócio (Pessoas)	Antes/Depois Var.(%)
<b>Região Norte</b>	<b>1.093</b>	<b>176</b>	<b>304</b>	<b>613</b>	<b>72,7</b>
MEI	597	111	182	304	64
Empreendimento Informal	404	45	84	275	86,7
ME	65	8	32	25	300
EPP	27	12	6	9	-50

Fonte: Pesquisa Primária.

Segundo o Banco da Amazônia, estima-se que existam cerca de 47 mil pequenos negócios contemplados com a política de financiamento do Amazônia Florescer. Os resultados da pesquisa primária apontaram um total de 1.093 ocupados decorrentes da amostra de 613 pequenos negócios, o que possibilita concluir que, em média, para cada 1 empreendimento com financiamento Amazônia Florescer, são criados 1,8 empregos. Tomando por base todas estas informações, é possível estimar que atualmente os pequenos negócios, impulsionados pelo financiamento Amazônia Florescer, empreguem quase 84 mil pessoas em toda Região Norte. Em termos de impacto do Amazônia Florescer, antes da adesão ao Programa estima-se que havia cerca de 60.494 ocupados nos 47 mil pequenos negócios e,



após o programa, esse montante passou para 83.803 pessoas empregadas, o que significa um impacto incremental de 39% no estoque de ocupados.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PNMPO atestou resultados significativos para a Região Norte, o impacto social foi considerado "Alto", na escala em que o maior nível é o "Elevado". A expansão do microcrédito em toda a Região segue recomendada como política pública de inserção econômica, de formalização de pequenos negócios e, principalmente, de oportunidade e transformação social, devendo atender, minimamente, as dimensões mapeadas na pesquisa quando o objetivo for a ampliação de impacto na vida dos clientes.

A dimensão **Negócios e Finanças Pessoais** revelou que, segundo a percepção dos entrevistados, 25,76% do impacto social na vida e nos negócios dos clientes são motivados pelas variáveis que impactam diretamente seus empreendimentos e, ao mesmo tempo, representam mudanças em suas condições de vida, tais como: aumento das vendas, elevação do faturamento, acesso a novos clientes e condições para formação de estoques no negócio, aumento de lucros, ampliação e conhecimento sobre mercados, crescimento do seu negócio, organização das finanças pessoais e ampliação das cestas de consumo. Isto significa que mais de  $\frac{1}{4}$  das percepções sobre o impacto social causado pelo Amazônia Florescer vem atendendo a essas proposições e revela ser o caminho para a forte adesão e crescimento de clientes na Região.

A dimensão **Consumo de Bens e Serviços** responde por mais de 17,0% da percepção dos clientes sobre avaliação do impacto social do Amazônia Florescer, o que está diretamente relacionado com a elevada importância atribuída ao microcrédito para fazer frente às suas despesas mensais e na composição da renda familiar, tendo em vista que 71,0% dos clientes revelaram não ter outra atividade remunerada, e seus negócios estão dando retorno satisfatório, dado este que atesta o cumprimento social do Amazônia Florescer, na medida em que possibilita estabilidade financeira pessoal e familiar. O aumento relatado na composição de consumo de forma ampliada para pagamento de contas, alimentação, lazer, aquisição de bens duráveis, acesso a pequenos exames particulares de saúde e possibilidades de reformas

residenciais, assim como crescimento de poupanças domésticas são demonstrações de que a política de acesso ao crédito tem um papel claro e transformador na vida social dos clientes.

A dimensão **Renda Familiar** se apresenta como outro grande motivador para acesso ao microcrédito produtivo. Na percepção dos clientes, as mudanças na condição de vida atribuíram mais de 15,0% de importância desta variável. O estudo constatou que o aumento de renda e ampliação dos gastos de consumo associados à adesão ao Programa foram sinalizados como motivadores para os clientes, e atestam a eficiência do Amazônia Florescer na segurança em relação ao futuro, permitindo uma análise conjunta com o fator **Equilíbrio Orçamentário**, que atestou um percentual de mais de 10,0% na resposta da variância total explicada, sendo que as variáveis que atendem a esta dimensão são as que mensuram o efeito positivo da renda e seus benefícios sobre o orçamento doméstico no comparativo antes e depois do Amazônia Florescer.

No aspecto quantitativo dessa mudança sobre a renda e o equilíbrio orçamentário associado à adesão ao Programa, o percentual saiu de 33,0% para 67,0% dos entrevistados que tinham renda total ou superior a R\$ 3.501, atestando elevada eficiência do Amazônia Florescer no apoio financeiro e na expansão da renda pessoal disponível, o que representa uma estimativa de mais de 29 mil clientes que já estariam nesta faixa de renda atualmente, resultado direto do impacto de acesso à política de microcrédito do BASA. Na faixa menor de renda familiar, ou seja, renda escalonada de até R\$ 1.000,00 o percentual que, anteriormente ao Programa era de 20,0%, diminuiu consideravelmente para 5,0%, isto significa que, para os clientes ativos do Programa, um quantitativo estimado de 6.600 clientes superou esta faixa menor de renda, o que atesta que o Amazônia Florescer contribuiu diretamente para a mudança de trajetórias na condição de vida familiar.

A importância das atividades empreendidas é bem esclarecida para uma avaliação de impacto social na percepção dos clientes, quando explica como o seu negócio contribui na composição da renda familiar antes e depois do Amazônia Florescer. Dos entrevistados na pesquisa, 71,0% revelaram não possuir outra atividade remunerada, afirmam que seus negócios estão dando certo em termos de retorno financeiro e que a formalização da atividade via MEI concentra mais de 16,0% nas classes sociais D/E, o que indica forte mudança de renda nas classes menos favorecidas de suporte bancário, acompanhada de regularização de seus negócios para a atividade econômica.

Ao avaliar a importância do microcrédito nos negócios da amostragem, evidenciou-se, da mesma forma, um resultado com forte impacto social do PNMPO. 85,0% dos entrevistados com escolaridade ensino médio completo/incompleto e com mais de 6 (seis) anos de financiamento e renovação junto ao Amazônia Florescer, atribuíram nota máxima para a linha de crédito como forma de alavancar o desempenho do seu empreendimento. A partir desses dados foram atestadas duas conclusões: que a resposta social do crédito produtivo orientado tem funcionado para a sustentação financeira dos negócios e expansão das atividades até a formalização e renovação dos empréstimos. A segunda conclusão é de que o Amazônia Florescer tem promovido forte inserção bancária e formalização de atividades que antes constavam da economia invisível e que, pelo efeito positivo do programa, podem ser estimadas, inclusive com detalhamento sobre variáveis macro e microeconômicas. Portanto, a expansão dessas linhas de crédito direcionadas para o público com o perfil das classes (C, D, E) indica importância direta de inserção econômica e de impacto social associado.

## 6. REFERÊNCIAS

- ALBIERI, S.; FREITAS, M. P. S. Censo demográfico de 2010: plano amostral para a coleta de dados. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2010.
- AGARWAL, B. Gender, Environmet, and Poverty Interlinks: Regional Variations and Temporal Shifts in Rural. World Development, vol. 25, pp 23-52, 1997.
- BANCO DA AMAZÔNIA. Amazônia Florescer Urbano. 2023a. Disponível em: <https://www.bancoamazonia.com.br/microcredito/amazonia-florescer-urbano> : 10 jan. 2023.
- BANCO DA AMAZÔNIA comemora 15 anos de programa de microcrédito para pequenos empreendedores. O Liberal. Matéria de 16 de novembro de 2022. Disponível em: <https://www.oliberal.com/economia/banco-da-amazonia-comemora-15-anos-de-programa-de-microcredito-para-pequenos-empreendedores-1.613602>. Acesso em: 18 jan. 2023.
- BANCO DA AMAZÔNIA. Microcrédito. 2023b. Disponível em: <https://www.bancoamazonia.com.br/solucoes-pf/microcredito>. Acesso em: 10 jan. 2023.
- BANCO DA AMAZÔNIA. Nossa história. 2023c. Disponível em: <https://www.bancoamazonia.com.br/relacoes-com-investidores/sobre-o-banco/nossa-historia>:15 jan. 2023.
- BARONE, F. M., LIMA, P. F., DANTAS, V., REZENDE, V. **Introdução ao Microcrédito.** Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002.

BEZERRA, F. A. Análise Fatorial. In: CORRAR, L. J; PAULO, E; FILHO, J. M. D (Orgs). Análise Multivariada: para os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia. São Paulo: Atlas, 2009. pp 73-130.

BRASIL. Ministério do Trabalho e da Previdência. **Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)**. Portal do Fundo de amparo ao trabalhador, 19 jan. 2022. Disponível em: <https://portalfat.mte.gov.br/programas-e-acoes-2/programa-nacional-do-microcredito-produtivo-orientado-pnmopo/>. Acesso em: 11 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005**. Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO. Diário Oficial da União - Seção 1, Página 1, 2005. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2005/lei-11110-25-abril-2005-536683-publicacaooriginal-27600-pl.html>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Lei nº 13.636 nº 13.636, de 20 de março de 2018**. Dispõe sobre o programa nacional de microcrédito produtivo orientado (PNMPO); e revoga dispositivos das Leis N°S 11.110, de 25 de abril de 2005, e 10.735, de 11 de setembro de 2003. Diário Oficial da União: Imprensa Nacional, n. 55, p. 55-55, 2018. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13636&ano=2018&ato=aabETR61UeZpWT6efhttps://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2005/lei-11110-25-abril-2005-536683-publicacaooriginal-27600-pl.html>. Acesso em: 10 jan. 2023.

CACCIAMALI, M. C. As políticas ativas de mercado de trabalho no Mercosul. **Revista Estudos Avançados**, v. 19, n. 55, p. 85-104. São Paulo: IEA, 2005.

CAMARA, G. Representação computacional de dados geográficos. In: Banco de Dados Geográficos. MundoGEO, 2005.

CONSTANZI, Rogério Nagamine, Microcrédito no âmbito das políticas públicas de trabalho e renda, Revista Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise, ano 7, p. 21-25, jun, 2002, Disponível em:[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5596/1/bmt\\_n.19\\_microcr%C3%A9ditono.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5596/1/bmt_n.19_microcr%C3%A9ditono.pdf) . Acesso em: 21 jan. 2023.

CORRAR, L. J; PAULO, E; FILHO, J. M. D (Orgs). Análise Multivariada: para os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia. São Paulo: Atlas, 2009. 541p.

COSTA, Fernando Nogueira da. Microcrédito no Brasil. Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, SP, n. 175, abr. 2010

DEY, I. Qualitative Data Analysis. London: Academic Press, 1993

DILLON, W. R.; GOLDSTEIN, M. Multivariate analysis: methods and applications. New York: John Wiley & Sons, 1984.

DOWNING, D; CLARK, J. Business statistics. Trad. Alfredo Alves de Farias; 2<sup>a</sup> ed; São Paulo: Saraiva, 2005.

FERREIRA, F. F. V. **O papel do microcrédito como gerador de emprego e renda uma análise com base nos municípios brasileiros.** Brasília, 2018. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento) – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília, 2018.

GONZALEZ, L.; PIZA, C. T.; GARCIA, D. B. Sinergia entre microseguro e microcrédito e o crescimento dos mercados no Brasil. Revista Brasileira de Risco e Seguro, v. 5. n. 10, p. 45-84. 2009.

GRAY, D. E. Pesquisa no mundo real. Trad. Roberto Cataldo Costa; revisão técnica de Dirceu da Silva; 2<sup>a</sup> ed.; Porto Alegre: Penso, 2012.

HAYES, R.; PISANO, G.; UPTON, D.; WHEELWRIGHT, S. **Operations, strategy, and technology – pursuing the competitive edge.** Hoboken: Wiley & Sons, 2004. 400p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Tabelas. Estrutura Econômica e Mercado de Trabalho in: **Síntese de Indicadores Sociais.** 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=resultados>. Acesso em: 10 jan. 2023.

JUN, T; XIA, Z. G. Examining spatially varying relationships between land use and water quality using geographically weighted regression I: Model design and evaluation. Science of the Environment, vol. 407, pp358-378, 2008.

LAMEIRA, W. S. **Microcrédito e combate à pobreza: uma análise da experiência do Programa Amazônia Florescer.** Belém, 2017. Dissertação (Mestrado em Direito, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional (PPGD) – Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA). Orientadora: Ana Elizabeth Neirão Reymão, Belém, 2017.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M, A. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7<sup>a</sup>ed. 7<sup>a</sup> reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.

LEVIN, J. Estatística Aplicada a Ciências Humanas. 2<sup>a</sup> ed.; São Paulo: Harbra Ltda, 1987.

LEVINE, D. M; BERENSON, M. L; STEPHAN, D. Estatística: teoria e aplicações usando microsoft excel em Português. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

MARINHO, Danilo Nolasco Cortes (Org.). **Análise de Boas Práticas das Políticas de Microcrédito:** integração com as políticas de trabalho e de renda. Brasília: Centro de Pesquisas de Opinião Pública, DATAUNB, Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, SPPE, MTB, 2017.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. LEI N° 13.636 nº 13.636, de 20 de março de 2018. **DISPÕE SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO** (PNMPO); E REVOGA DISPOSITIVOS DAS LEIS N°S 11.110, DE 25 DE ABRIL DE 2005, E 10.735, DE 11 DE SETEMBRO DE 2003. DISPÕE SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO (PNMPO); E REVOGA DISPOSITIVOS DAS LEIS N°S 11.110, DE 25 DE ABRIL DE 2005, E 10.735, DE 11 DE SETEMBRO DE 2003. Veto Parcial, Diario Oficial da Uniao: Imprensa Nacional, ano 2018, n. 55, p. 55-55, 21 mar. 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **A economia informal e o trabalho digno:** guia de recursos sobre as políticas apoiar a transição para a formalidade. 2014. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-/-europe/-/-ro-geneva/-/-ilo-lisbon/documents/publication/wcms\\_709431.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-/-europe/-/-ro-geneva/-/-ilo-lisbon/documents/publication/wcms_709431.pdf). Acesso em: 10 jan. 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **A OIT e a economia informal.** Escritório da OIT em Lisboa. 1a edição, 2005. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-/-europe/-/-ro-geneva/-/-ilo-lisbon/documents/publication/wcms\\_714564.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-/-europe/-/-ro-geneva/-/-ilo-lisbon/documents/publication/wcms_714564.pdf). Acesso em: 10 jan. 2023.

PENA, H.W.A; OLIVEIRA, F.A; CAMPOS, P;S;S, 2011. "**Análise Multivariada E Identificação Dos Padrões De Desflorestamento No Estado Do Pará-Amazônia-Brasil, 2000 Á 2009,**" *Contribuciones a las Ciencias Sociales, Servicios Académicos Intercontinentales SL*, issue 2011-08, August.

PENA, H. W. A.; CHAVES, M. S.; BAHIA, P. Q.; BORGES, F. Q.; LISBÔA, E. G.; SILVA, M. B.; URBINATI, C. V.; SOUZA, M. J. R. Modelo de regressão geograficamente ponderado na relação condição de vida e desflorestamento rural na regiao de integração do baixo Tocantins, estado do Pará – Amazônia. **Revista de Gestão e Secretariado (Management and Administrative Professional Review), [S. l.], v. 14, n. 2, p. 2437–2460, 2023.** DOI: 10.7769/gesec.v14i2.1723. Disponível em: <https://revistagesec.org.br/secretariado/article/view/1723>. Acesso em: 28 mar. 2023.

PENA, H. W. A. ; BAHIA, P. Q. ; SILVA, N. M. S. da .; NETO, L. L. de S.; SOUZA, M. J. R. . Dinamismo Social e Produtivo: Análise em torno do Porto de Camará e Caracará – Amazônia Brasileira. **Conjecturas, [S. l.], v. 22, n. 15, p. 1039–1061, 2022.** Disponível em: <https://www.conjecturas.org/index.php/edicoes/article/view/1947>. Acesso em: 28 mar. 2023.

REYMÃO, A.; SILVA, N. Crédito e direito ao desenvolvimento: o Amazônia Florescer e a inclusão financeira dos produtores de açaí. **Direito e Desenvolvimento**, v. 9, n. 1, p. 194-211, 11 jul. 2018.

RUAS, C., MARINHO, D. N. C., DE MATOS, F., BELLONI, J. A., CACCIAMALI, M. C., PEREIRA, M. do P. **A Política e a Atividade de Microcrédito como Instrumentos de Geração de Trabalho e Renda e Inclusão Produtiva**. Brasília: Fundação Universidade de Brasília. Centro de Pesquisa de Opinião Pública, DATAUnB; Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, SPPE, 2015.

SANTANA, A. C. **Elementos de Economia, Agronegócio e Desenvolvimento Local**. Belém: GTZ;TUD:UFRA, 2005. (Série Acadêmica).

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. (L. T. Motta, Trad.) São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHREIBER, J. G. **O papel do microcrédito no combate à pobreza**: avaliação do impacto do microcrédito sobre a renda dos microempreendedores, clientes do banco do empreendedor. Curitiba, 2009. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp125480.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2023.

SARAI, L. **Crédito, Estado e desenvolvimento**: O direcionamento federal do crédito pela perspectiva do direito econômico. São Paulo, 2017. Disponível em: <http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/3245>. Acesso em: 18 jan. 2023.

SARTOIRS, A. **Estatística e introdução a econometria**. São Paulo: Saraiva, 2003.

ZWANE, A. P. Does poverty constrain deforestation? Econometric evidence from Peru. *Jornal of Development Economics*, vol. 84, pp 330-349, 2005.

SCHUMPETER, J. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1985.

VAHDAT, V. S.; BORSARI, P. R.; LEMOS, P. R.; RIBEIRO, F. F.; BENATTI, G. S. S.; CAVALCANTE FILHO, P. G.; FARIA, B. G. **Retrato do Trabalho Informal no Brasil: desafios e caminhos de solução**. São Paulo: Fundação Arymax, B3 Social, Instituto Veredas, 2022.

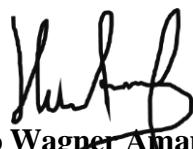
## APROVAÇÃO

Belém/PA, 29 de março de 2022.



Alexandre Trindade Ferreira

Banco da Amazônia - BASA



Heriberto Wagner Almanajás Pena

Universidade do Estado do Pará - UEPA

